

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Campus Litoral  
Licenciatura em Geografia

Claudia Luiza Klein Budny

Perspectivas da instalação de uma indústria de mel no noroeste gaúcho

Cerro Largo

2023

Claudia Luiza Klein Budny

**Perspectivas da instalação de uma indústria de mel no noroeste gaúcho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Sinthia Cristina Batista

Cerro Largo

2023

#### CIP - Catalogação na Publicação

Budny, Claudia Luiza Klein  
Perspectivas da instalação de uma indústria de mel  
no noroeste gaúcho / Claudia Luiza Klein Budny. --  
2023.  
70 f.  
Orientadora: Sinthia Cristina Batista.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus  
Litoral Norte, Licenciatura em Geografia, Tramandaí,  
BR-RS, 2023.

1. Agricultura Familiar. 2. Produção de mel. 3.  
Monopólio das Indústrias. I. Batista, Sinthia  
Cristina, orient. II. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO (Obrigatório) – Não colocar título**

Claudia Luiza Klein Budny

**Perspectivas da instalação de uma indústria de mel no noroeste gaúcho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Escolha a área do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Sinthia Cristina

**BANCA EXAMINADORA:**

Camila Salles de Farias – Professora da UFTM

---

Nome e titulação do orientador  
Instituição do orientador

Renata Silveira – Professora da Educação Básica e tutora EAD Geografia Litoral

---

Nome e titulação do membro da banca  
Instituição do membro da banca

---

Nome e titulação do membro da banca  
Instituição do membro da banca

**"Se as abelhas desaparecerem da face da terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem flora não há animais, sem animais não haverá raça humana".**

**Albert Einstein**

## RESUMO

A apicultura no Rio Grande do Sul é uma atividade importante responsável pela produção de vários produtos, dentre eles, o mel e a própolis. O Estado está em segundo lugar no ranking nacional de produção de mel e as regiões noroeste e missões desenvolvem um importante papel em níveis de produção. Os apicultores dessas regiões são normalmente agricultores de origem campesina. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos de uma indústria de mel que se instalará em Porto Mauá (região noroeste) sobre os apicultores do município de Ubiretama. Para isso, na fase conceitual foi utilizado método de pesquisa com base na leitura materialista histórico dialética mais especificamente sobre o levantamento bibliográfico, para a realização do trabalho investigativo o método da pesquisa participante, que contou com a observação participante e entrevistas. A capacidade da resistência camponesa e o mel como uma importante fonte de renda e possibilidade produtiva na constituição de recriação do campesinato. A partir das leituras já realizadas percebe-se a capacidade do campesinato resistir e o mel é uma fonte de renda e opção de recriação do mesmo.

**Palavras-chave:** Apicultura. Mel. Campesinato. Monopólio alimentar

## ABSTRACT

Beekeeping in Rio Grande do Sul is an important activity responsible for the production of several products, including honey and propolis. The State is in second place in the national ranking of honey production and the northwest regions and missions play an important role in production levels. Beekeepers in these regions are usually peasant farmers. The present work aims to analyze the impacts of a honey industry that will be installed in Porto Mauá (northwest region) on beekeepers in the municipality of Ubiretama. For this, in the conceptual phase, a research method was used based on the dialectical historical materialist reading, more specifically on the bibliographical survey, for the carrying out of the investigative work the participant research method, which included participant observation and interviews. The ability of peasant resistance and honey as an important source of income and productive possibility in the constitution of recreation of the peasantry. From the readings already carried out, the peasantry's ability to resist and honey is a source of income and an option for recreating it.

**Keywords:** Beekeeping. Honey. Peasantry. Food Monopoly

## RESUMEN

La apicultura en Rio Grande del Sur es una actividad importante responsable de la producción de diversos productos, entre ellos la miel y el propóleo. La provincia ocupa el segundo lugar en el ranking nacional de producción de miel y las regiones y misiones del noroeste juegan un papel importante en los niveles de producción. Los apicultores de estas regiones suelen ser colonos. El presente trabajo tiene como objetivo analizar los impactos de una industria de la miel que se instalará en Porto Mauá (región noroeste) en los apicultores del municipio de Ubiretama. Para eso, en la fase conceptual se utilizó el método de investigación basado en la lectura materialista histórica dialéctica, más específicamente en el levantamiento bibliográfico, para la realización del trabajo investigativo se utilizó el método de investigación participante, que incluyó la observación participante y las entrevistas. La capacidad de resistencia colona y la miel como importante fuente de ingresos y posibilidad productiva en la constitución del esparcimiento de los colonos. Con base en las lecturas ya realizadas, la capacidad de resistencia de los colonos y la miel es una fuente de ingresos y una opción para recrearlos.

**Palabras-clave:** Apicultura. Miel. Campesinado. Monopolio de alimentos

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Classe de Idade dos Agricultores de Ubiretama .....	30
Imagem 1- Caixa de Abelha America.....	34
Imagem 2- Centrífuga de mel.....	34
Imagem 3- Caixa de Borá .....	35
Imagem 4- Caixa de manduri.....	35
Imagem 5- Caixa de Abelhas Jataí .....	36

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos Agropecuários em Ubiretama .....	29
Tabela 2 – Tamanho médio dos Estabelecimentos Agropecuários em Ubiretama ...	29
Tabela 3 – Distribuição da Produção dos principais municípios.....	53

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGA Associação Gaúcha de Apicultores

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SIDRA Sistema IBGE de Recuperação Automática

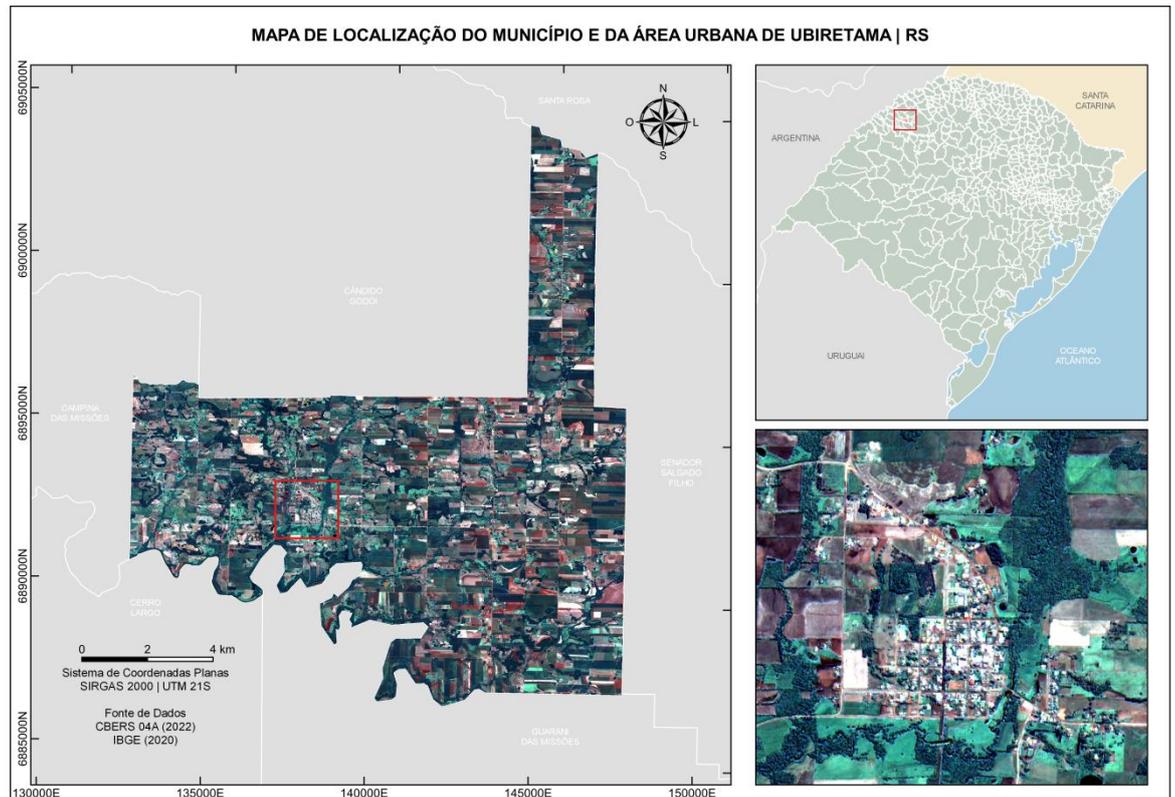
## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>4 COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA .....</b>	<b>21</b>
<b>5 CAMPESINATO EM UBIRETAMA .....</b>	<b>27</b>
<b>6 O TERRITÓRIO APROPRIADO A PARTIR DO ENRAIZAMENTO DE UMA INDÚSTRIA.....</b>	<b>39</b>
<b>7 PARTICIPAÇÃO DOS CAMPONESES DA ECONOMIA MUNICIPAL DE UBIRETAMA.....</b>	<b>54</b>
<b>8 ORGANIZAÇÃO DOS APICULTORES NA BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.....</b>	<b>58</b>
<b>9 CONCLUSÃO .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ubiretama está localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e adquiriu sua emancipação política em 28 de dezembro de 1995. Sua população, segundo o IBGE (2010) é de 2296 habitantes. A economia é baseada na agricultura camponesa, com base no trabalho familiar, que produz para a manutenção da família com a produção diversificada assim como na agricultura capitalista com intensa produção de soja. A colonização do município por populações europeias se iniciou por volta de 1910 e esses colonos adotaram a agricultura itinerante.

Mapa 1- Localização do município de Ubiretama



Fonte: IBGE (2020)

Como podemos observar na imagem a maior extensão territorial é rural, onde são desenvolvidas as culturas agropecuárias no município. É impossível pensar a situação atual do campesinato do Rio Grande do Sul e região noroeste sem considerar a história da colonização do estado. Os camponeses tiveram acesso a terra através da posse livre a partir do século XIX e mais tarde conseguiram concessões das terras devolutas. Mais tarde com a diminuição do tamanho das

propriedades devido ao modelo de agricultura e a divisão entre herdeiros, levou ao empobrecimento da população do campo.

Diante desse cenário uma das formas de permanência e de renda para os camponeses é a apicultura. Segundo o site da Embrapa, as abelhas européias chegaram no noroeste do Rio Grande do Sul pelos jesuítas no século XVIII. Após estudos descobriu-se que as abelhas africanas eram mais produtivas e em 1956 trouxeram da África para São Paulo com a finalidade de estudo alguns exemplares dessa espécie. Logo depois houve um incidente e a fuga dessas abelhas que acabaram se cruzando com as européias que já existiam no país.

Posteriormente essas abelhas chegaram em território gaúcho “o que provocou a desistência quase total dos apicultores” (EMBRAPA). Então os apicultores tiveram que se adaptar a essa espécie africanizada e organizar-se orientando-se em associações de estudos. Criando a partir disso uma possibilidade produtiva e viabilidade da apicultura na região noroeste do Rio Grande do Sul.

A apicultura é uma atividade agropecuária de baixo investimento inicial e que tem como principal e mais conhecido produto o mel. A atividade apícola fornece também própolis, cera, geléia real, pólen e apitoxina. O mel produzido pode ser comercializado através da venda direta ao consumidor, intermediário ou de maneira direta à indústria.

O que se observa no Rio Grande do Sul é uma tendência de que, quanto mais colméias o apicultor possui maior é a probabilidade de ter na apicultura sua fonte de renda. Segundo Coelho Junior (2011) a região noroeste do estado é a região com mais concentração de produção média de mel, cerca de 2.524 toneladas no período de 2007-2009 correspondeu a 35% da produção média gaúcha.

A venda do mel é um dos grandes desafios dos camponeses e pequenos agricultores, pois sem um mercado consumidor fiel a venda é incerta. A apicultura tem ganhado destaque no cenário gaúcho e em Ubiretama com uma atividade de grande potencial social e econômico com bons rendimentos em quantidade e qualidade dos seus produtos. As cidades vizinhas também produzem quantidades significativas de mel sendo, portanto a região noroeste é uma grande provedora de matéria-prima de origem campesina e da agricultura familiar.

No início do ano de 2021 é anunciada a vinda de uma planta industrial para o município de Porto Mauá na região noroeste. À vista disso, a implementação de uma indústria de mel para exportação na região noroeste surge como algo benéfico para

resolver o problema da circulação da produção do mel pelos camponeses. Contudo não considera-se a possibilidade da organização do próprio campesinato tampouco qualquer política de incentivo para a produção e comercialização do mel na região. O Brasil é um dos principais países de exportação de produtos primários, sendo a agricultura camponesa e familiar produtoras de matérias-primas baratas para as indústrias e para a exportação.

Com a instalação e funcionamento da indústria do mel em Porto Mauá se iniciará um processo de monopólio industrial devido a esse grupo comercial dominar todo o processo da produção de mel da região. Reproduzindo a mesma lógica de entrega da produção leiteira que ocorre na região. O trabalho familiar ou camponês é o ideal para esse tipo de mercado já que necessita de uma mão de obra que não é paga pelo trabalho e que é explorada, sem propriamente ser expropriada do seu meio de sobrevivência.

Após várias leituras e a própria vivência observasse muitas dificuldades encontradas pelos apicultores, entre elas podemos citar a dificuldade na hora da venda do mel o que limita a renda dos mesmos. O segundo empecilho recorrente é as quantidades mínimas exigidas pelos atravessadores na compra do mel. E a terceira barreira é em relação à mão de obra, já que é uma atividade cansativa e manual que exige mão de obra especializada.

Partindo desse cenário e da experiência familiar este trabalho se propõe a responder: quais as possibilidades de impactos da instalação de uma indústria de mel localizada na região noroeste para os pequenos apicultores de Ubiretama?

Procurou-se responder essa pergunta através da discussão sobre a perspectiva crítica na geografia através da pesquisa participante. Buscou-se trazer a história da colonização do município e os sistemas agrícolas desenvolvidos na região noroeste para compreendermos como ocorre o campesinato em Ubiretama. A produção de mel na região noroeste e como está região se destaca no Estado fazendo com que houvesse interesse na implementação dessa indústria em um local estratégico para a compra e venda do mel. Com as entrevistas realizadas com as entidades e apicultores houve a possibilidade de compartilharmos as suas ideias e perspectivas sobre a sua realidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para discutir a realização da apicultura pelo campesinato de Ubiretama serão trabalhados os referências teóricos sobre a perspectiva crítica na geografia e a pesquisa participante; agricultura no campo brasileiro; o campesinato; a agricultura capitalista- monopolização do território.

Segundo Marx e Engels o método materialismo histórico é uma concepção entre teoria e filosofia da ação. Segundo Suertegaray (2005 apud MARX; ENGELS, p.24) as forças econômicas promoviam e ainda promovem as transformações em setores da sociedade e são responsáveis pelos rumos da história. Partindo dessa concepção podemos perceber que as relações sociais são moldadas pelas condições materiais que produzem a vida em sociedade.

Dessa forma Suertegaray (2005) menciona o trabalho como categoria fundamental marxista, “atividade pela qual o homem domina as forças naturais e humaniza a natureza e humaniza a si mesmo” (SUERTEGARAY, 2005, p.24). Relaciona-se a isso a análise para compreender a realidade atual a partir da produção histórica identificando e registrando processos contraditórios de desenvolvimento ancorados no desenvolvimento econômico e social.

Suertegaray (2005) interpreta a Teoria Marxista onde esta traça o processo de produção simbolizando na “socialização da natureza como o processo de transformação da primeira em segunda natureza pelo trabalho humano na produção/reprodução de sua existência” (SUERTEGARAY, 2005, p.26). Na realidade esse é um dos pilares do materialismo histórico que segue o conceito da evolução e organização da sociedade, ao longo do tempo, atreladas com a capacidade de produzir e das relações que se estabelecem em sociedade.

Segundo Almeida e Paulino, o conhecimento é um “processo histórico de criação e desvendamento das potencialidades humanas, direcionado para ações que vão desde a melhor adaptação ao meio até a busca de formas diferenciadas de apropriação” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.23). Para pensar a realidade do campo brasileiro podemos partir da discussão sobre as diferentes perspectivas teóricas e políticas na Geografia Brasileira. Com isso, o estudo sobre a agricultura sob o modo capitalista de produção “tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento” (OLIVEIRA, 2007, p.8) mobilizações que propiciam atenção especial ao campo.

Nesse sentido, as correntes de pensamento ligadas a questão agrária e principalmente as questões relacionadas à recriação do campesinato, apontam para a “necessidade de manter aceso o debate entre os geógrafos sobre tal questão” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.23). Existe uma necessidade de se “entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista” (OLIVEIRA, 2007, p.8). Tal investigação nos leva a reflexão da totalidade à realidade intrínseca da sociedade camponesa atrelados aos vários processos históricos, inseridas em um movimento do capital.

Partindo desse movimento, a pesquisa participante ou investigação participativa se faz “em presença e implica com compromisso efetivo com suas vivências e necessidades sociais cotidianas” (FAERMAM, 2014, p.4). A pesquisa participativa implica partir de uma realidade concreta e repensar essa realidade. Nessa investigação o campo e a agricultura em sua particularidade fazem parte desse processo, bem como, os sujeitos atrelados a esse processo: apicultores camponeses.

Segundo Gianotten e Wit (2001), a pesquisa participante está presente entre as correntes de pensamentos das ciências sociais que excluem a neutralidade científica e acreditam que a investigação deve servir a determinados ramos sociais, buscando uma resposta, que permite “socializar o conhecimento e, por outro, democratizar os processos de investigação e educação” (Gianotten; Wit, 2001, p. 158).

Gianotten e Wit (2001), ainda complementam que a produção é disposta pela unidade territorial familiar em um “contexto da economia camponesa no interior da organização comunitária” (Gianotten; Wit, 2001 p. 181). Esta estrutura funciona em uma lógica que os autores denominam de “racionalidade camponesa”: essa racionalidade é “o conjunto de arranjos sociais, econômicos, tecnológicos, políticos e ideológicos que asseguram a estratégia de sobrevivência” (Gianotten; Wit, 2001 p. 181). O que determina que a pesquisa seja considerada participante são “os camponeses, por meio de um processo de reflexão conjunta, que estão sistematizando suas experiências e gerando novas opções” (Gianotten; Wit, 2001 p. 187).

A agricultura no campo brasileiro atrelado a estrutura socioeconômica e política no campo estão estreitamente ligadas ao “processo contínuo de industrialização do campo” frente à presença de grandes complexos industriais que integram a produção agropecuária do país. Pensando que a atual estrutura é resultado de um processo histórico capitalista, existe uma “evolução agrária dentro

da lógica desse modo de produção” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.24) ligada à agricultura e ao campo brasileiro.

Almeida e Paulino discutem a visão de Kautsky, onde este, por sua vez, procurou “forçar a concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.24). Essa teoria opõe-se aos princípios do trabalho familiar camponês, “para a qual os camponeses seriam recriados a partir das imposições do próprio modo de produção em consolidação” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.24). Oliveira destaca que entre as transformações que tanto a cidade como o campo vem sofrendo está o “processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção” (OLIVEIRA, 2007, p.8).

O processo de transformação do campo brasileiro é um processo contraditório, que fez surgir “no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês” (OLIVEIRA, 2007, p.8). Almeida e Paulino discorrem sobre a “penetração do capitalismo na agricultura, cujos desdobramentos seriam idênticos às redefinições sócio-econômicas desencadeadas pelo modelo urbano-industrial” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.24). Oliveira (p.9) descreve a existência de dois caminhos para o processo de generalização das relações de produção capitalista no interior da produção agropecuária. Traçando aqui uma relação entre a teoria e a prática estarem unidas, bem como Suertegaray (2005) defende a não separação do homem e da natureza, uma das características do materialismo histórico, devemos pensar aqui a relação do campesinato brasileiro: o camponês e a terra que é seu meio de produção e sobrevivência que independente do tempo estão sempre relacionados.

Ainda segundo Oliveira (p.9) um caminho para a destruição do campesinato ou dos pequenos produtores familiares voltados à agricultura de subsistência, são “às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas” (OLIVEIRA, 2007, p.9). Desse processo configuram-se duas classes distintas: “os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto” (OLIVEIRA, 2007, p.9). A partir disso, pensando na produção camponesa a produção melífera surge como

oportunidade de renda e recriação campesina e de certa forma quebra os padrões dos trabalhadores assalariados já que insere os mesmos em uma atividade dentro da propriedade.

Outro caminho para a destruição do campesinato segundo Oliveira, seria pela modernização do latifúndio, processo que ocorre pela introdução de máquinas e insumos, o que permitiria a “esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p.9). Assim, os latifundiários integrariam a lógica capitalista do campo. Desse modo, os camponeses descapitalizados seriam “transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário)” (OLIVEIRA, 2007, p.9). Por isso a produção de mel brasileira se posiciona como uma atividade importante já que está não depende de muita tecnologia e ao mesmo tempo utiliza a mão-de-obra disponível na propriedade.

Quando ocorre a proletarização do campesinato, em que os camponeses se vêem obrigados a vender sua força de trabalho, esse ciclo implica na “redução da produção interna” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.25). A sua unidade de produção fica abandonada, criando uma condição de amarras ao trabalho assalariado e sujeita à proletarização e exploração. Essas unidades que teoricamente seriam produtivas estão sendo utilizadas como “local de moradia dos trabalhadores” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.25) e servem apenas para sua vivência. Além disso, são locais de fácil penetração de ordem de destruição dessa unidade familiar já que ela está ligada normalmente aos processos das indústrias e a sua disponibilidade de mão-de-obra.

Almeida e Paulino nos mostram a visão de Chayanov sobre o trabalho familiar e sua importância na forma de produção no mundo. Uma das preocupações constantes da agricultura campesina é a necessidade de absorção da força de trabalho. “Nisso distinguiriam-se a agricultura camponesa e capitalista, pois diferentemente desta, a força de trabalho era constante, não podendo ser contratada ou dispensada de acordo com as necessidades dos cultivos” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p.26). Demonstra-se aqui, que as culturas que necessitam de muita força de trabalho não são de interesse dos latifúndios e são realizadas pelos camponeses devido à oferta de mão de obra. A produção de mel e a produção de seda, por exemplo, necessitam de muita mão de obra, ficando a cargo do trabalho camponês.

Para muitos autores, o capitalismo gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, devido aos processos contraditórios a esse desenvolvimento. “O

campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo” (OLIVEIRA, 2007, p.11), na realidade o campesinato é uma expansão do capitalismo. Sendo assim, o campesinato deve “ser entendido como classe social que ele é” (OLIVEIRA, 2007, p.11) O camponês (2007) é um trabalhador que mesmo expulso da terra, retorna a ela periodicamente e nem que para isso tenha que migrar para regiões distantes. Oliveira mostra que “boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações” (OLIVEIRA, 2007, p.11). Esse processo de resistência do campesinato mostra sua forma de recriação decorrente dos processos contraditórios do desenvolvimento capitalista.

A história do camponês esteve sempre ligada a processos de resistência, pois mesmo sem o seu meio de produção ele tende a buscar meios para estar em contato com a terra e assim resistir frente ao desenvolvimento e sociedade capitalista. A produção de mel se coloca como uma opção de resistência a agricultura capitalista já que promove a inserção de boa parte do trabalho familiar camponeses na atividade. Mesmo que em certos momentos o camponês sai de sua propriedade em busca de melhores condições em momentos que ele achar necessário para complementar sua renda a produção melífera é uma opção de atividade já que não exige um trabalho diário.

### 3 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa foi realizado nos seguintes momentos: primeiramente com o levantamento bibliográfico de publicações sobre o tema da organização da cadeia produtiva do mel, colonização do Rio Grande do Sul, Campesinato Brasileiro, Campesinato no município de Ubiretama, Empresa Maxbem. A partir do levantamento bibliográfico no Google Acadêmico de artigos e reportagens que acrescentaram dados e informações sobre o tema de pesquisa.

Não foi possível encontrar muitas fontes acadêmicas sobre a Colonização do município de Ubiretama de forma aprofundada. Na realidade foi muito difícil encontrar pesquisas e artigos que tratassem sobre o município. No segundo momento para aprofundar o estudo da realidade de Ubiretama foi utilizado dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário (2017), Sidra (Banco de tabelas Estatísticas) do IBGE informações sobre agricultura familiar, mel, apicultura e áreas de terras. Com esses dados pude realizar a análise mais aprofundada e tabelas para pesquisar e trazer dados aprofundados e recentes do município de Ubiretama.

Para essa pesquisa a observação participante é a metodologia científica adequada porque conhecemos com profundidade a realidade, a nossa realidade nesse caso o processo de ocupação do Estado e principalmente a origem da família camponesa. Brandão (2001) descreve que uma das dificuldades da atividade científica é ver por outra perspectiva, todavia quando a pesquisa é composta por pessoas, sujeitos sociais que quase sempre diferem do pesquisador é de tratar uma relação de alteridade, o que faz a própria condição da pesquisa.

Nesse caso em específico a pesquisa participativa é útil para explicar a nossa realidade e obriga o pesquisador a reconsiderar a sua pesquisa e pensar o lugar que ocupa para interpretar. A participação científica traça no trabalho político da classe trabalhadora desafiando o pesquisador a ver tais “classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político” (BRANDÃO, 2001, p.13).

Posteriormente foram realizadas entrevistas com entidades e apicultores do município de Ubiretama. As entrevistas com as entidades (Anexo 1) foi enviada via whatsapp e os mesmos retornaram com os questionários respondidos. Com os apicultores realizei as entrevistas presencialmente (Anexo 2). Entrei em contato com

a AGA (Associação de Apicultores de Cândido Godói) e conversei um pouco com o presidente da associação. Os apicultores e as entidades entrevistadas se mostraram receptivos em prestar informações, porém pediram para não terem seus nomes divulgados.

Após as entrevistas buscou-se confrontar as respostas com os objetivos desta pesquisa. Procurei realizar a entrevista com dois apicultores em situações distintas para analisar as perspectivas para o futuro e a importância da atividade melífera para os mesmos.

## **4 COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA**

### **1. Colonização do Rio Grande do Sul e região noroeste/missões**

O Estado do Rio Grande do Sul pertence à região sul do Brasil e passou pelo processo de colonização de seu território. Mas antes disso alguns fatos marcam o processo histórico de formação das fronteiras e de seus povos na região missioneira gaúcha. Primeiramente nos séculos XVII e XVIII a região noroeste foi ocupada pela Coroa Espanhola através, segundo Baioto (2006), dos padres da Companhia de Jesus que tinham um projeto de evangelização dos indígenas guaranis.

Naquela época, ainda segundo Baioto (2006), a nobreza espanhola, assim como o Estado estavam ligados à Igreja Católica, desse modo, coube a Companhia de Jesus a tarefa de implementar o projeto de colonização espanhola. Os guaranis deveriam ser educados segundo os ensinamentos espanhóis católicos bem como o pagamento de impostos e serviços à coroa espanhola.

Barcelos (2000) descreve que houve o estabelecimento de mais de trinta reduções jesuíticas e essas reduções assumiram um papel de obstáculo ao avanço português reduzindo. No século XVII os bandeirantes capturavam os indígenas para utilização de mão-de-obra escrava divergindo assim com os interesses das reduções bem como foram responsáveis pelo recuo das reduções para as áreas do rio Paraná no Paraguai. Como desfecho temos a Batalha de M'Bororé. Essa batalha foi um duelo que marcou a história de ocupação do território da atual fronteira Brasil e Argentina.

A batalha de M'Bororé ocorreu no ano de 1641 e tem como ponto de referência o município de Porto Vera Cruz (Brasil) e Panambi (Argentina) e é um fato histórico de resistência dos indígenas que residiam nas missões contra as ações escravistas dos bandeirantes. Nessa disputa os indígenas venceram os bandeirantes através do uso de armas de fogo.

A região central e noroeste do Rio Grande do Sul nessa época eram conhecidas como região do Tapes ou dos Sete Povos das Missões. Essas áreas possuíam uma vasta vegetação. A horticultura e a criação de gado, segundo Barcelos (2000), foi responsável pela expansão e estabilidades das reduções guaranis chegando a ter 30.000 índios na região.

No ano de 1750 foi assinado o Tratado de Madrid assinado pelos reis da Espanha e de Portugal com o objetivo de delimitar o território da Espanha e Portugal. Segundo o site Portal das Missões, buscou-se entregar a região geográfica dos Sete Povos em troca da Colônia do Sacramento (atual Uruguai). Os indígenas teriam um ano para abandonar a sua casa, ervais, lavouras, a sua vida para o lado Ocidental do Rio Uruguai e para o sul do Rio Ibicuí (posses espanholas).

Em 1756 houve início a Batalha de Caiboaté como descrito (SANTOS, 2000, p.21) devido “à exigência de transmigração”. A Batalha de Caiboaté foi “o resultado da luta natural entre luso-brasileiros e espanhóis, fato circunscrito à geopolítica dos Estados Ibéricos na região do Rio da Prata” (SANTOS, 2000, p.21). Morreram nesse confronto milhares de indígenas e as tropas ocuparam os Sete Povos das Missões.

O site Portal das Missões descreve que após a expulsão dos índios e jesuítas o território missionário passou a ser administrado por agentes públicos da Coroa Espanhola e posteriormente incorporados à Coroa Portuguesa. Assim aconteceu a destruição da arte e cultura e dos costumes indígenas da região noroeste/missões.

Segundo Rückert, com o passar dos anos em 1822 quando o Brasil se torna independente de Portugal, a monarquia pensou ser necessária a colonização na região sul. Essa necessidade se dava pelo fato de que essas terras estarem frágeis a ataques por tropas argentinas (pelo sul). O interior do território tinha uma densa mata nativa que era abrigo dos índios remanescentes, então o governo do Brasil decidiu povoar essas matas com a finalidade de acuar e até mesmo eliminar os poucos habitantes nativos que ainda restavam.

Ainda segundo Rückert (1997) o governo brasileiro viu a necessidade de colonizar essas terras com habitantes que estivessem dispostos a abrir novos caminhos e a cultivar essas terras. Por isso, encontraram na Europa pessoal pronto para emigrar devido às guerras que assolavam esse continente, bem como a pobreza que se instalava como resultado desse processo. Já no ano de 1824 foi fundada a primeira colônia alemã no estado do Rio Grande do Sul que recebeu o nome de São Leopoldo. E em cinco anos já contava com 5000 habitantes e além de agricultores havia imigrantes artesãos fazendo com que a colônia prosperasse.

O governo brasileiro fundou muitas outras colônias, seguindo seus interesses de ocupação. Em 1889 com a Proclamação da República todas as terras públicas tornaram-se propriedades dos estados e então o Rio Grande do Sul e então inicia-se um elevado processo de novas colônias. Aqui o que nos remete a nossa região de

estudo é a “primitiva colônia conhecida como núcleo Comandaí, fundada inicialmente em 1891, atualmente é o município de Guarani das Missões, ela recebeu imigrantes de origem polonesa, russa e alemã” (KLIEMANN, 1986, p.8).

A segunda colônia de grande importância para a região noroeste/missões do Rio Grande do Sul foi à colônia de Serro Azul, fundada em 1902 e foi povoada principalmente com colonos católicos de origem alemã. Atualmente ela corresponde ao município de Cerro Largo. Segundo Gubert e Hennig (2007), a ocupação do território correspondente ao atual município de Ubiretama por populações de origem européia teve início por volta de 1910, com a vinda de agricultores das Colônias Velhas.

Inicialmente Ubiretama se chamava “Povoado Laranjeira” segundo o site da prefeitura. Ainda segundo o site da prefeitura, na época contava com 205 habitantes e 34 residências. Pertencia primeiramente a Santo Ângelo, na condição de 5º Distrito. Mas com a emancipação de Santa Rosa em 1931, passou a integrar esse município. Sua colonização foi principalmente por descendentes de origem alemã, polonesa e russa e esses foram responsáveis por abrir caminhos em meio à mata.

## **2. Sistemas Agrícolas na colonização**

Os sistemas agrícolas adotados pelos colonos são considerados um sucesso, porém “são complicados e envolvem muitos problemas que são objetos de duas ciências: a economia agrícola e a geografia agrícola” (WAIBEL, 1949, p.24). Segundo Waibel, o sistema adotado por esses colonos foi o da agricultura itinerante, que consistia em queimar a mata, cultivá-la e depois que o solo perdia a fertilidade ele era deixado para descansar; e se iniciava esse processo em outro local.

Esse sistema agrícola ainda é utilizado pelos indígenas e é uma herança secular passada de gerações e nada mais natural que os colonos se apropriassem desse sistema. A terra que estava disposta não era em quantidade abundante quando chegaram à região sul do país e desde lá teve início “às pequenas propriedades dos colonos europeus do Brasil meridional” (WAIBEL, 1949, p.25).

Waibel (1949) descreve o sistema itinerante como um sistema que deteriorou a cultura e a vida social. Fica evidente nesse caso que esse sistema agrícola não poderia ser aplicado por muito tempo devido ao espaço limitado que encontraram na nossa região. Como consequência existia uma grande parte desses imigrantes em situações de extrema pobreza, sem muita instrução e vivendo em lugares remotos.

Waibel (1949) ainda comenta que os colonos imigrantes praticavam uma agricultura de subsistência além de terem aprendido esse sistema agrícola, se apropriaram das sementes e plantas utilizadas pelos mesmos no plantio (milho, feijão, mandioca, abóbora, batata doce) e de ferramentas indígenas para o preparo da terra. Esses colonos passaram por três estágios de desenvolvimento com características específicas.

No primeiro estágio Waibel (1949) relata que os colonos que estavam nessa fase se isolaram e não conseguiram o desenvolvimento econômico, cultural e social que se esperava. O segundo estágio de desenvolvimento é denominado por Waibel “de estágio da rotação melhorada” (WAIBEL, 1949, p.28) nesse caso colonos descendentes de imigrantes viviam perto das vilas e centros comerciais e muitos deles eram donos de vendas e de moinhos e alguns conseguiram criar algum gado. O terceiro estágio de desenvolvimento Waibel expõe como a etapa conhecida como rotação de culturas, esse colono possuía arado para ajudar na plantação e um ou dois cavalos para o serviço da propriedade. Além disso, o autor cita que os colonos tinham entre 10 a 20 cabeças de gado, para a produção de adubo. Por ser um estágio mais desenvolvido, conseguiam proporcionar aos filhos uma educação elevada, onde estes tinham contato com o mundo pela leitura de jornais, livros e revistas e tinham gosto pela música e possuíam rádio e vitrola.

Gubert e Hennig (2007) descrevem na sua obra que logo após a chegada dos colonos no atual município de Ubiretama, os mesmos adotam as técnicas de derrubada e queimada praticada pelos índios e caboclos que ali viviam, ou seja, agricultura itinerante. Até aquele momento o território era constituído por floresta e ocupado por índios e caboclos que viviam da caça, da pesca, da coleta, e

praticavam uma agricultura de derrubada e queimada, com pousio florestal de longa duração, por meio da qual cultivavam milho, feijão e mandioca.

Gubert e Henning (2007) citam a fase de instalação dos colonos, pela década de 30, a nova colônia se estabiliza diante da agricultura itinerante e o porco banha é o principal produto comercial. A sobra da produção era comercializada em troca de mantimentos no comércio local, como bolichos<sup>1</sup> e moinhos. Outra atividade econômica importante para os agricultores era a exploração da madeira, com a venda de dormentes. O trabalho era basicamente manual com o uso do machado, enxada, facão e serrote, e da força de tração animal.

Até a década de 60, é considerada a fase de desenvolvimento colonial, no qual o suíno tipo banha e, mais tarde o cultivo de trigo e a produção da nata, “constituíam-se as principais atividades produtivas, cuja comercialização da produção era realizada no mercado local (moinhos e bolichos)” (Gubert e Hennig, 2007, p.20). Já a década de 60 ainda segundo Gubert e Henning (2007) foi marcada pela crise da agricultura colonial, como consequência da crescente diminuição dos rendimentos dos cultivos, resultado do uso intensivo da terra decorrente da redução do tempo de pousio de modo que houvesse a diminuição da fertilidade do solo.

Neste período também houve a queda do preço do suíno, influenciada pela substituição da banha pelos óleos vegetais e pela introdução do suíno tipo carne. A crise da agricultura colonial acarretou na busca de alternativas e foi o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento da agricultura de Ubiretama. Essa conjuntura foi responsável pela chamada “agricultura moderna, caracterizada, pela mecanização e industrialização da agricultura, baseada no sistema de produção denominado binômio trigo-soja” (Gubert e Hennig, 2007, p.21). Esse período pode ser caracterizado pelo uso intensivo de insumos industriais e pela mecanização da produção.

### **3. Tamanho das Propriedades**

Segundo Waibel (1949) a média das propriedades rurais dos colonos no Rio Grande do Sul ficava entre 25 a 30 hectares, propriedades muito pequenas para o

sistema agrícola itinerante que desenvolviam e então esse sistema começa de entrar em crise. O tamanho das propriedades ainda diminuiu com a divisão entre herdeiros chegando a 7 hectares. Essa divisão levou ao empobrecimento dos colonos que necessitavam da terra para sobreviver e estavam levando uma vida miserável.

Waibel (1949, p. 40) descreve:

A divisão da propriedade chegou ao ponto que os sítios não mais sustentam as famílias numerosas, obrigando os filhos a procurarem trabalhos nas fábricas locais. O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de um empobrecimento econômico, físico e moral da população, leva à proletarização lenta, mas incoercível de centenas de famílias rurais.

O autor deixa clara a situação de pobreza que muitas famílias de descendentes de imigrantes estavam vivendo na década de 50. É comum encontrarmos a mesma situação nos dias atuais em várias regiões do Rio Grande do Sul. Em Ubiretama, por exemplo, devido às transformações que ocorreram na agricultura acentuaram-se a diferenciação entre os agricultores como consequência temos propriedades com sistemas diversificados de produção e em muitas os jovens saem de casa em busca de melhores condições de vida.

Gubert e Hennig (2007) descrevem que a agricultura familiar é desenvolvida em todo município, porém as áreas com agricultores pouco capitalizados, de mecanização incompleta, com presença de tração animal, as unidades de produção são relativamente altas, as casas e galpões são antigos e se encontram em estado regular. Essas propriedades possuem em média 10 hectares e são tocadas por pessoas mais velhas.

## 5 CAMPESINATO EM UBIRETAMA

### 1. Campesinato Brasileiro

Segundo Shanin (1979), o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida e esta dualidade nos tem conduzido historicamente a dificuldades conceituais. Ele é encontrado em diversos contextos históricos-geográficos no mundo: cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. “Sua natureza está na produção rural familiar” (PAULINO E FABRINI, p.51, 2008).

Os camponeses apresentam uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação. Segundo Shanin essa capacidade de resistência se deve a natureza da economia familiar com a resolução dos problemas de forma mais econômica. A terra é imóvel, mas o capital se molda criando novas formas de expansão pela compra ou aluguel da terra promovendo mudanças nas propriedades. O trabalho pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarização dos trabalhadores, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar etc. (PAULINO E FABRINI, p.55, 2008).

A situação do campesinato no Brasil é um tanto crítica. Os camponeses estão em situação de subdesenvolvimento em condições de trabalhos precárias. O trabalho seja ele precário ou não, é muitas vezes o que promove a permanência desse camponês na terra é a fonte de renda para o sustento de sua família.

No Brasil colônia, a propriedade da terra pertencia ao império. Assim sendo o rei de Portugal concedia terras a pessoas de sua confiança normalmente pessoas de prestígio social. No início do Brasil Império (1822), a concessão de terras foi suspenso até 1850, nesse período a única forma de acesso a mesma era através da posse. Em 1850, a Lei de Terras definiu a compra como única forma de acesso a terra; após essa lei as terras apossadas foram consideradas legítimas desde que fossem comprovados a moradia e seu uso. As vendas das terras do Império ajudaram na vinda de imigrantes pobres de origem européia que vieram a principio para trabalhar substituindo a mão de obra escrava.

Descrever o campesinato brasileiro sem mencionar a história é praticamente impossível, pois ele passou por vários processos de luta pela terra, desde o Brasil colônia até os dias atuais. “Hoje estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital” (Da Silva, 2016, p.51), sendo o capital que dita às regras do mercado de produção.

Da Silva (2016) continua sua análise descrevendo que o camponês produz gêneros alimentícios de consumo interno comercializando o excedente e utilizando mão de obra familiar, os capitalistas são aqueles que possuem capital e contratam trabalhadores por um salário. A territorialização do capital na agricultura faz com que aja um aumento de latifúndios e como consequência um grande número de camponeses em luta pela terra.

Estamos diante de um processo de territorialização do capital na agricultura marcados pela industrialização presenciando “uma unificação entre a indústria e a agricultura” (Da Silva, 2016, p.51). Temos nesse caso a utilização de mão de obra assalariada. O capital cria amarras de modo que os agricultores capitalistas e os camponeses estão submissos ao mesmo, um exemplo muito comum que ocorre na região, é o sistema integrado de suínos e aves.

Nas propriedades camponesas a principal força de trabalho é a familiar, nas médias e grandes propriedades temos o trabalho assalariado; esses processos ocorrem concomitantemente sendo “contradições do capital que o geram” (Da Silva 2016, p.53). Da Silva (2016) resume tudo dizendo que o desenvolvimento desigual do capitalismo propicia a intensificação da luta, cria o trabalho assalariado, bem como as novas unidades camponesas, fruto da luta, da compra, da posse ou da parceria. Essas unidades, por sua vez, são constituídas pelo trabalho familiar. O camponês está intimamente ligado ao trabalho assalariado.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar encolheu no país em relação ao Censo de 2006; houve uma redução de 9,5% do número de estabelecimentos classificados como agricultura familiar. A agricultura capitalista criou 702 mil novos postos de trabalho enquanto que a agricultura familiar perdeu cerca de 2, 2 milhões de trabalhadores. Mesmo assim, a agricultura familiar continua representando a maioria dos estabelecimentos agrícolas do país (77%), mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total.

Ainda segundo informações do Censo Agropecuário de 2017 se observou que os agricultores familiares estão buscando trabalho fora de seu estabelecimento, diminuindo a oferta de mão de obra familiar na propriedade e diminuiu a média das pessoas ocupadas. Muitos estabelecimentos agropecuários que antes eram classificados como de agricultura familiar já não se encaixam nesses critérios. Considerando a produção de alimentos os estabelecimentos da agricultura familiar têm uma participação significativa, esse segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

O Censo Agropecuário ainda revelou como já descrito acima que 77% das áreas de terras pertencem à agricultura capitalista, enquanto que o restante 23% corresponde à agricultura familiar ou camponesa; já no número de estabelecimentos esse número se inverte 77% dos estabelecimentos corresponde à agricultura familiar ou camponesa e 23 % a agricultura capitalista.

O Brasil é um país em constante crescimento econômico e avanços na industrialização e como conseqüência muita oferta de empregos nos grandes centros. Essas ofertas de empregos se dão em um momento que o campesinato e agricultura familiar são excluídos dos meios e do capital. A reforma agrária se faz necessária para assegurar moradia, modos de sobrevivência e reprodução da vida social de uma classe social muito excluída que é o camponês.

## 2- A AGRICULTURA CAMPONESA EM UBIRETAMA

A agricultura camponesa é responsável pela produção agropecuária de grande parte dos alimentos e ocupa maior parte da mão-de-obra disponível nas pequenas propriedades. Em Ubiretama a agricultura desenvolvida por pequenos agricultores ou campesina ocorre na maioria das propriedades onde a produção é voltada para o próprio consumo e com o restante os agricultores realizam a venda. A população rural de Ubiretama corresponde a 80,45% do total da população do município, ou seja, é uma localidade ligada fortemente a agricultura.

Como podemos observar na tabela abaixo os estabelecimentos que pertencem a agricultura familiar ou campesina são quase o total:

Tabela 1- Números de Estabelecimentos Agropecuários em Ubiretama

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	
Agricultura Familiar	376
Agricultura não Familiar	17
Total	393
Fonte: IBGE (2017)	

Reafirmando aqui a importância da agricultura campesina para o município, cerca de 96% das propriedades são ligadas ao campesinato. Partindo desse dado e como se vivência as pequenas propriedades em Ubiretama elas tem como principal característica a forma de uso da terra para produzir alimentos. Partindo disso temos o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários que podemos observar abaixo:

Tabela 2- Tamanho médio dos Estabelecimentos Agropecuários (Proprietários e Arrendatários)

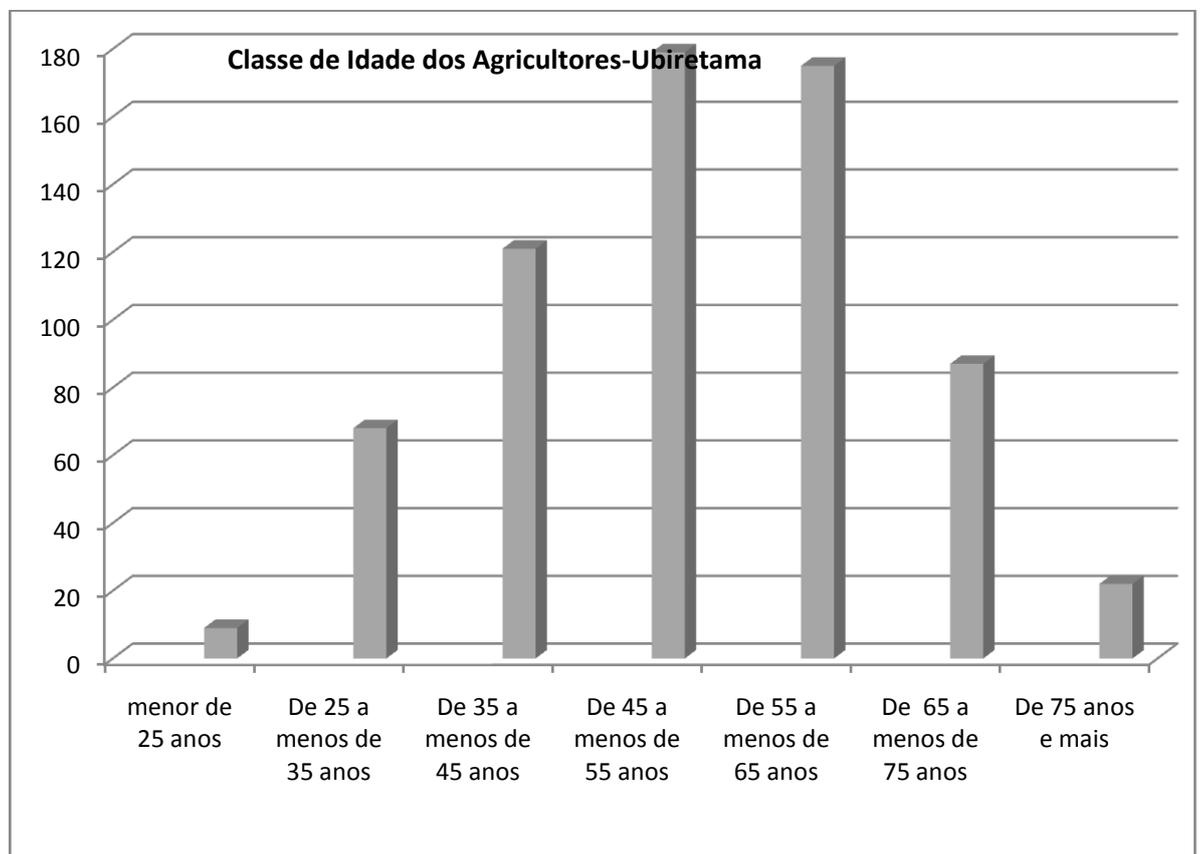
Tamanho médio dos Estabelecimentos Agropecuários de Ubiretama			
	Total	Proprietário	Arrendatário(a)
Total	664	630	29
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2	2	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	1	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
De 0,5 a menos de 1 ha	4	4	-
De 1 a menos de 2 ha	24	22	1
De 2 a menos de 3 ha	25	23	2
De 3 a menos de 4 ha	35	35	-
De 4 a menos de 5 ha	28	27	1
De 5 a menos de 10 ha	142	129	12

De 10 a menos de 20 ha	215	208	6	
De 20 a menos de 50 ha	151	145	6	
De 50 a menos de 100 ha	33	32	1	
De 100 a menos de 200 ha	2	2	-	
De 200 a menos de 500 ha	-	-	-	
Fonte: IBGE (2017)	-	-	-	

A faixa de tamanho médio dos estabelecimentos que possui maior porcentagem é o de 10 a 20 hectares sendo considerado um nível médio bom para o município e para o desenvolvimento de atividades pecuárias nessas áreas. O que se observa também é que quanto maior o tamanho dos estabelecimentos agropecuários também se diminui o número de proprietários e arrendatários. Entre 100 a 200 hectares temos apenas dois proprietários demonstrando a lógica de acumulação desigual da terra enquanto que a maioria dos camponeses possui entre 0,1 e menos de 10 hectares.

Os estabelecimentos formados por maiores extensões territoriais tendem a ser mecanizados enquanto que os com menores extensões fazem uso de meios primitivos de plantio (tração animal) ou ainda pagam para realizar esse serviço.

Gráfico 1: Classe Idade dos Agricultores Ubiretama:



Fonte: Sidra (Censo Agropecuário-2017)

Conforme gráfico 1, utilizando os dados do Censo Agropecuário 2017 a participação referente a classe de idade dos agricultores, em relação ao total, a maior porcentagem total de agricultores do município de Ubiretama encontra-se entre as faixas de 45 a menos de 65 anos demonstrando o predomínio de uma geração mais velha trabalhando no campo. Essas pessoas vem na agricultura sua fonte de renda e foram inseridas nesse meio desde muito pequenas e na maioria das vezes assumiram a propriedade de seus pais dando continuidade ao trabalho familiar.

Zótis (apud Wedig, Wizniewsky e Rambo), argumenta que o espaço rural brasileiro está envelhecendo e apenas casais e aposentados permanecem no meio. Muitas propriedades estão ficando sem sucessores então os dados de Ubiretama mostram uma tendência nacional de envelhecimento da população rural que causa muitas conseqüências para o espaço de produção e para as dinâmicas sociais do campo e uma delas é a concentração de terras em mão de poucos.

Apenas 6 agricultores do total são menores de 25 anos, exclusivamente do sexo masculino e pertencendo a agricultura familiar. Com esses dados podemos suspeitar que os jovens principalmente as mulheres saem em busca de melhores condições de trabalho e estudo. Ubiretama tem poucas opções de emprego e possui uma escola ofertando o ensino médio. Ensino técnico ou de ensino superior apenas nas cidades próximas.

O que leva também essas jovens mulheres a buscarem novas oportunidades é a falta de perspectivas dentro da propriedade, muitas delas não tem participação econômica, além é claro, de quererem uma vida “mais fácil” do que a dos seus pais, buscando uma formação profissional. Zótis (apud Abramovay,p.24) cita que a continuidade da agricultura familiar estaria comprometida em razão principalmente das mulheres o que provoca o que a autora denominou de masculinização das áreas rurais. O processo de masculinização pode ser pensado como um processo de não valorização da mulher na produção agrícola.

Outro fator importante para explicar os índices baixos de agricultores jovens são os preços elevados para adquirir a terra o que dificulta o acesso a terra principalmente dos agricultores como menos condições econômicas, além disso, houve a diminuição do acesso ao crédito pelo Banco da Terra nos últimos anos.

Podemos citar ainda como um dos fatores pelo desistímulo pela atividade campesina em Ubiretama a falta de opções de lazer, desvalorização da profissão, preconceito por serem agricultores, falta de políticas de apoio a permanência dos jovens na agricultura e a modernização da agricultura.

### **3 - OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: FAMÍLIA CAMPONESA**

A propriedade rural familiar está localizada no interior do município de Ubiretama, o local foi adquirido há 32 anos pelo meu avô e desde lá a família vive e mantém um vínculo com a terra. O proprietário possui título da terra e foi adquirida pelos seus pais como patrimônio quando ele casou. No estabelecimento reside meu pai, minha mãe e eu onde dependemos diretamente da terra para sobreviver. É uma propriedade pequena e conta hoje com a produção de mel como principal fonte de renda, porém o apiário se encontra em uma área arrendada próxima. Preferimos arrendar devido à localização do apiário ser em um local com vegetação nativa e isolada própria para criação de abelhas. O pagamento pelo arrendamento é realizado através de entrega de 20 kg de mel por ano.

As principais características do estabelecimento agropecuário é que ele possui alguns espaços de vegetação nativa e árvores frutíferas, um poço que é utilizado para abastecer principalmente os animais e alguns setores da casa. Esse poço por muitos anos foi à principal fonte de abastecimento de água da propriedade e depois de muitos anos foi instalada a água da rede pública.

Há pouco tempo a área de 6 hectares foi arrendada para um arrendador e ele cultiva no espaço soja, milho e trigo e paga 12 sacas de soja por hectare/ano. Restam assim quatro hectares onde estão instaladas a casa, galpão dos animais (bovinos) e o galinheiro. No restante do espaço temos gramas para produção das cabeças de gado para consumo próprio e a venda também. As galinhas são caipiras e são criadas soltas fornecendo ovos e carne.

As árvores frutíferas fazem parte da paisagem, há na propriedade pés de mangas, jabuticaba, pêssigo, mamão, banana, laranja, bergamota, pitanga, acerola, butiá, abacaxi, abacate enfim uma variedade de árvores. Também temos mudas de moranguinho que é uma cultura de inverno e no verão são plantadas melancia e melão; além de abóboras e morangas. A horta da família é grande e são cultivados chás, legumes, verduras e temperos. Dificilmente se compra frutas ou verduras.

Mandioca, batata doce, milho e feijão também são cultivados para o consumo. Não se vende o excedente.

A casa conta com um fogão a lenha que é mais utilizado no inverno, mas que necessita de material para funcionamento. A lenha normalmente é retirada de outras propriedades que estão abrindo espaço para novas terras. Mesmo a propriedade tendo árvores próprias para exploração de certa forma evita que novas áreas sejam abertas e abandonadas.

#### **4- Características do Apiário**

O apiário da família está localizado próximo a propriedade, porém é um local arrendado. Os donos da terra onde está o apiário foram viver na cidade depois que se aposentaram. Por ser um local de difícil acesso e uma terra muito pesada de se trabalhar devido aos morros é mais difícil a venda do local ou até mesmo o arrendamento para plantio. Mas devido à vegetação e o isolamento é o lugar propício para a criação de abelhas.

O apiário está localizado em uma área de 3 hectares e conta com 40 caixas de abelhas espalhadas pela área. O trabalho no local é realizado pelo meu pai e em vários dias na semana, nesses dias são realizadas revisões nas caixas, observação para ver se não foram derrubadas por algum animal, as caixas que onde enxames morreram é colocada armadilhas para atrair novos enxames.

Para chegar ao local é só de trator e plataforma para levar o fumegador e as roupas que utiliza quando está trabalhando. Os meses de melhor produção são de novembro a fevereiro devido ao clima mais quente propício a produção de mel. Nos dias de melada recolhesse uma parte das caixas de abelha (lacradas) de tarde e mais tarde se realiza o trabalho de tirar o mel na propriedade à noite com ajuda da sua família. Esse trabalho é realizado nesse horário porque não possui casa do mel e a noite as abelhas não invadem o local de trabalho.



Imagem 1- Caixa de abelha americana Fonte: Claudia Budny

Normalmente se recolhe em média umas 12 caixas e o trabalho é realizado em três noites seguidas. A propriedade conta com uma centrífuga comprada recentemente para a realização do trabalho de extração do mel das colméias.



Imagem 2- Centrífuga de mel. Fonte: Claudia Budny

As caixas de abelha em sua maioria são em estilo americano (foto acima), porém o apicultor possui umas 6 em estilo shenk (que produzem mais). Existe também o aproveitamento da cera e da própolis para consumo e venda. Além de trabalhar com a *apis mellifera* ele possui uma variedade de abelhas nativas *meliponinae* como: jataí, borá, irai, mandaçaia, manduri.



Imagem 3: Caixa de Borá. Fonte: Claudia Budny



Imagem 4 - Caixa de abelha manduri. Fonte: Claudia Budny



Imagem 5 - Caixa de abelhas jataí. Fonte: Claudia Budny

A venda do mel é realizada diretamente com o pessoal interessado que vem até a residência para realizar a compra bem como, nos últimos anos é vendido para um produtor e vendedor da cidade de Santiago. O mesmo adquire qualquer quantia em mel, paga à vista R\$ 13.00 o KG e ainda busca na residência do apicultor. Muitos apicultores em Ubiretama vendem para ele porque garantem que a safra de mel será totalmente vendida.

Devido ao clima do Rio Grande do Sul e da região a safra de mel pode ocorrer em duas etapas levando sempre em conta o tempo de trabalho das colméias. Normalmente ocorrem de outubro a março e o apicultor em média nos últimos anos está tendo uma média boa em kg. Na safra de 2021-2022 foi realizada apenas uma safra devido à terrível seca que ocorreu na região noroeste/missões. Em anos regulares de chuva consegue-se fazer duas safras no ano e tirar em média de 350 a 300 kg por safra.

Em Ubiretama temos muitos apicultores da agricultura e alguns apicultores da cidade. Esses termos são citados no Estudo da Cadeia de mel e derivados, os “apicultores da cidade” possuem outros projetos de vida, mas encontraram na produção de mel uma boa fonte de renda e de hobby. Esses apicultores também arrendam locais para seus apiários porque eles não possuem o local para produzir. Já foi conversado sobre a possibilidade de uma cooperativa de mel no município, mas a maioria dos apicultores não tem interesse porque exigiria mais serviço dos apicultores e organização da produção.

## **5- A Produção do mel Região Noroeste**

Segundo dados do IBGE, a produção de mel em 2020 de Ubiretama era de 11.134 KGS. Os municípios vizinhos de Cândido Godói produziram no mesmo ano 6.020 KGS e Santa Rosa 20.408 KGS. Devido à seca do último ano, a safra 2021-2022 foram menores na região das Missões e Noroeste do estado do Rio Grande do Sul; porém segundo a Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul a produção de mel no geral deve se manter no mesmo patamar.

No Brasil segundo a Embrapa Clima Temperado, são produzidas anualmente quase 40.000 mil toneladas de mel obtidas a partir de 2,5 a 3 milhões de colméias espalhadas pelo território nacional. Gerando assim, renda para 350.000 brasileiros, urbanos e rurais. A China é o maior produtor de mel com 445 mil toneladas. O Rio Grande do Sul implementou um projeto conhecido como 'Projeto Alternativas ao Cultivo do Tabaco para a Agricultura Familiar na Zona Sul do Rio Grande do Sul' no ano 2011 e depois foram feitas avaliações com os agricultores e que oportunizou o fortalecimento da criação de abelhas e possibilitou aos agricultores complementar a renda com a venda da produção do mel e desenvolver territorialmente a agricultura camponesa.

Em muitas propriedades a venda da produção de mel chegou a ser 40% da renda anual, segundo o Boletim da Embrapa sobre a Base da Cadeia Produtiva do Mel na Região Sul do RS Quanto ao Impacto Econômico e Social de Projeto de Desenvolvimento Territorial.

Os problemas que foram descritos no projeto são praticamente os mesmos que ocorrem em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul: falta de investimentos do governo e de assistência técnica, os investimentos e assistência são realizadas em monoculturas como a soja, milho e outras culturas de exportação; povoar colméias vazias, o plantio de monoculturas e os agrotóxicos que são utilizados nessas culturas.

Sabe-se que os apicultores possuem pouca qualificação e tecnologias para seu trabalho, mas percebe-se que sua participação na agricultura familiar promove a melhoria na qualidade de vida de muitas famílias bem como o desenvolvimento sustentável da propriedade.

## 6 O TERRITÓRIO APROPRIADO A PARTIR DO ENRAIZAMENTO DE UMA INDÚSTRIA

### 1. Monopolização do Território

Fernandes (2008) inicia seu trabalho refletindo sobre o que é território, trazendo ele como o espaço. É nesse espaço que acontece a existência humana, existência que completa tanto a sociedade, quanto a natureza em sua totalidade. Santos (1996) define o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório. Quando analisamos o espaço, percebemos que não podemos separar a sociedade e natureza é nessa indissociabilidade que acontece a vida.

As abordagens territoriais são análises de cunho econômico e social e estão organizados em várias escalas geográficas. “Território é poder” (FERNANDES, 2020, p.276). Pensar esse poder relacionando com as relações de subordinação e persuasão que acontecem nas áreas rurais devido à ação das multinacionais do agronegócio é um instrumento de reflexão. Partindo do ponto de vista de Fernandes (2008) pensar os espaços rurais como estabelecimentos que possuem poder, com políticas próprias de desenvolvimento e “quem determina a política define a organização do território” (FERNANDES, 2008, p. 279) nos faz questionar a realidade do campo atualmente.

Ao refletirmos sobre as políticas territoriais voltadas as áreas rurais percebemos que as comunidades camponesas (que possuem menor poder político) possuem menos poder de decisão (quase nulo), ou seja, a política é sempre voltada ao interesse do capital. Enquanto isso ocorre o fortalecimento das relações capitalistas e as relações que não envolvem capital são fragmentadas iniciando um processo de acumulação do capital pelos granjeiros.

Inicia-se assim um processo de disputa entre o capitalista e o camponês. As propriedades capitalistas e camponesas possuem muitas diferenças e o modo como se desenvolvem é diferenciado. Essa diferenciação faz com que elas entrem em conflito e disputa constantemente buscando cada uma de sua forma o desenvolvimento.

Fernandes (2008) descreve a disputa em vários níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território definindo de uma forma simples e de fácil

compreensão. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares, portanto as propriedades são frações do primeiro território. A partir disso, pode-se concluir que os conflitos dos capitalistas versus camponeses, ocorrem por disputas de territórios.

O modelo de desenvolvimento conhecido como agronegócio, que é responsável por vários conflitos de poder é também responsável pela produção em grandes escalas de monoculturas, trabalho assalariado, mecanização, sementes transgênicas, agrotóxicos. Já o modelo do campesinato prima pela biodiversidade de espécies em escalas menores, uso de sementes crioulas, trabalho familiar e baixo uso de mecanização.

Quando o conflito pela disputa de território entre esses dois modelos de desenvolvimento acontece, acaba gerando o segundo território no interior do primeiro território. E o conflito no segundo território também é a disputa do primeiro. Na realidade é um processo complexo, responsável por desenvolver e organizar o espaço. Por isso, não é difícil de imaginar a territorialização da soja que ao mesmo tempo desterritorializa camponeses e indígenas.

Os conflitos no território brasileiro não aconteceram somente no século XX, eles são marcas do processo de ocupação do país, sendo os povos indígenas os primeiros a passarem por esse processo. Há mais de quinhentos anos os povos indígenas estão passando por um processo de genocídio histórico, no qual o seu território tem sido destruído para uso dos colonizadores. Ao mesmo tempo nasceu as lutas dos escravos negros contra os fazendeiros rentistas.

A colonização foi uma medida para abrir novos caminhos e terras em um primeiro momento, depois os descendentes desses colonos devido à concentração e a fragmentação das suas propriedades também começaram a colonização em locais como o Mato Grosso e a Floresta Amazônica. Muito se comenta sobre as políticas de reforma agrária no Governo Lula, porém Oliveira (2007) comenta que essa reforma foi baseada em dois princípios “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio” (OLIVEIRA, 2007, p.178)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1994, representou uma importante conquista para a classe camponesa no país após anos de luta, porque criou um programa de crédito dedicado à agricultura

camponesa em nível nacional. O governo de Fernando Henrique Cardoso aproveitou-se do programa para diminuir o poder dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e extinguiu o programa especial de crédito para a reforma agrária, substituindo-o pelo PRONAF e submetendo aos assentados a parâmetros dos produtores já consolidados (PAULINO E FABRINI, 2008, p.64).

Paulino e Fabrini (2008) descrevem a reforma agrária no Brasil passa pela afirmação de ser um projeto realmente camponês que permite um modo de vida real com a sua classe. Porém o território brasileiro está passando por um processo de recriação e territorialização camponesa e “lhe impõe novos conteúdos, decorrentes das novas maneiras como se organizam e se autodefinem” (PAULINO E FABRINI, 2008, p.64).

Os movimentos sociais se apresentam e possuem territorialidades específicas e desenvolvem um conjunto de práticas organizativas que explicam as transformações políticas na capacidade de mobilização do poder. São estruturadas redes de organizações, contrapondo-se à fragmentação e dispersão que marcam o período inicial dessas lutas, podendo uma mesma entidade estar vinculada a mais de uma rede. Paulino e Fabrini (2008) descrevem que multiplicam-se as instâncias de interlocução entre Estado e movimentos, sobretudo nos casos em que se apresenta políticas específicas como na área ambiental e de reforma agrária.

No decorrer dessa pesquisa se observou a vinculação da empresa Maxbem com outras indústrias e multinacionais sendo redes bem estruturadas e de vários ramos no mercado. Essas redes não destroem as comunidades camponesas ou de pequenos agricultores, mas utiliza as “formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformava os produtos das mesmas em mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial” (OLIVEIRA, 2007, p.21).

A crise dos séculos XIX e XX, segundo Oliveira (2007), foi um processo que mudou os rumos da agricultura como consequência temos o início da industrialização, o camponês começou a se sujeitar a renda da terra nascendo assim os monopólios industriais. Iniciou-se aqui um processo de perda da autonomia econômica e da terra pelos camponeses a partir do estabelecimento e estruturação do capital monopolista. As parcerias de produção são uma forma de territorialização do território porque suas bases transformam a renda do camponês sem expropriar e tornando-se proprietários.

A indústria Maxbem por querer se projetar em um mercado internacional e estar ligada a multinacionais estabelecerá formas de controle dos meios de produção e da economia dos camponeses. Super safras de mel, ou seja, o crescimento da produção não significará um aumento na renda para os apicultores. Hannin (1980) traz uma questão importante sobre o assunto onde descreve que as questões fundamentais da realidade social, nesse caso a possível instalação de uma indústria de mel, ou esse processo pode ser compreendido em um nível razoável de sofisticação epistemológica, ou não pode de modo algum.

## **2. A mundialização da Agricultura**

O final do século XX foi distinto do restante do século, devido às transformações sociais, econômicas e territoriais. Oliveira (2016) traz como marco do século XX o “nascimento e expansão do socialismo” suas ideologias são investigadas e falácias surgem até hoje. Já a ideologia capitalista foi e é para muitos leigos e especialistas a visão correta do mundo.

O surgimento da internet no século XX viabilizou a comunicação entre pessoas de diferentes lugares, porém “é a ideologia burguesa procurando apoderar-se das cabeças das pessoas, sobretudo, dos jovens, para a reprodução das inutilidades, fofocas, projeção social, etc.” (OLIVEIRA, 2016, p.11). A internet pode ser um espaço de debate de ideias e de pensar criticamente, mas ela em si não possui todo conhecimento que precisamos e pode ser usada para a manipulação de informações em massa, principalmente por aqueles que não pensam criticamente.

O neoliberalismo é uma releitura do liberalismo com concepções econômicas neoclássicas com uma visão a partir da ótica capitalista (OLIVEIRA, 2016, p.11), foi uma doutrina que ganhou destaque na década de 80 do século passado, mas tem voltado com força nos últimos anos no Brasil devido à política do Governo Bolsonaro. As principais ideias do neoliberalismo são “ideias capitalistas de políticas e economia com fundação na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial (OLIVEIRA, 2016, p.11). Ou seja, a participação do governo na economia e nos setores que são imprescindíveis é a menor possível. Temos como exemplo, os cortes para a

educação que acarreta em baixos níveis educacionais principalmente nas camadas de pessoas mais carentes, que continuam com o ciclo de baixa escolaridade.

Um constante aumento das universidades privadas e de ensino a distância que transformaram a educação apenas em uma mera mercadoria de troca onde o conhecimento não é o mais importante e sim as relações estabelecidas pelo dinheiro. A geografia como ciência entrou no debate da nova geopolítica mundial no final do século passado (OLIVEIRA 2016, p.12). Muitos estudiosos ligados a meios acadêmicos buscaram construir uma definição científica para o termo globalização, entre eles podemos destacar os geógrafos Milton Santos e Armén Mamigonian que trouxeram para o debate novos termos ligados a geopolítica mundial, temos nomes importantes de outras áreas como Paulo Freire, Octávio Ianni, Georges Benko e Paul Singer.

Milton Santos (2000) traz a definição de globalização como “estágio supremo do imperialismo”. Globalização como algo novo. Porém destaca que existe um vínculo com o passado porque “tudo é combinação, porque o passado, graças às formas herdadas, não desaparece totalmente; mas os fatores dinâmicos de cada momento comandam os outros fatores e provocam mudanças”. O autor acrescenta que a globalização deve ser tratada como um período histórico, isto é, “um momento da vida da humanidade, com suas características próprias, diversas do passado mais recente e susceptíveis, pela sua realidade, de ser incluídas num processo de elaboração teórica.” (SANTOS, 2000, p.15.)

Ianni (1995) ainda afirma que poderíamos considerar que estamos vivendo a pós-modernidade, de fato, estamos vivendo em uma sociedade cada dia mais acelerada. A pós-modernidade se caracteriza pela troca da “experiência pela aparência, o real pelo virtual, o fato pelo simulacro, a história pelo instante, o território pelo dígito, a palavra pela imagem” (IANNI, 1995, p.106). Ianni (1995) através da sua narrativa traz elementos essenciais para essa obra, a influência da globalização em todos espaços e como tudo desterritorializa. Coisas, gentes e ideias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraizam-se dos todo o mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa.

O processo de desterritorialização acontece no meio rural fazendo com que o camponês perca sua identidade e suas tradições, bem como a terra, ou seja, seu meio de produção e reprodução social; em muitos casos a desterritorialização faz com que os camponeses deixem seu legado por onde transcorrem. O que acontece é disputa por territórios, com consequências: êxodo rural, inchaço urbano, desemprego. Oliveira (2016) traz como destaque a “fetichização” de mercadorias e dinheiro, ou seja, a desterritorialização aparece como um bem necessário (justificável) para o “desenvolvimento” do meio rural.

Oliveira (2016) comenta sobre os muitos termos: globalização e tecno-globalismo, sem nacionalidade, expressões que “invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanta maior facilidade por serem termos cheios de conotações e ao, mesmo tempo, vagos”, expressões essas de origem americana nascidas nas universidades. Termos que são usados no cotidiano como agronegócio (agro) ou latifúndios se confundem e se popularizam como algo banal, porém são termos carregados de significados, o que existe é a alteração de sentido para uso da burguesia. No presente trabalho, através de todo trabalho realizado nas entrevistas e pesquisas nas redes sociais, nas discussões escolares e universitárias podemos perceber o uso equivocado desses termos, o agronegócio envolve a agricultura capitalista, capital monopolista e financeiro, um discurso distorcido para afirmar seus interesses.

Oliveira (2016) contextualiza sobre a produção capitalista mundializada, como nasceu dos monopólios da pesquisa e da tecnologia que, mundializaram as economias nacionais passando a controlar a força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas dos diferentes países. Assim, formou-se o mercado mundial de mão de obra, a posse e monopólios das fontes de matérias-primas e a divisão dos mercados. O capitalismo se difundiu e se expandiu por todo planeta através do privilégio da burguesia em deter vários (todos) ramos econômicos, passando a dominar a mão-de-obra e como percebido no decorrer dessa pesquisa sobre o mercado, mercado apícola e sobre as matérias-primas que nesse caso é o mel.

Oliveira cita “a necessidade de movimentos mundiais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial articulados

contraditoriamente, estão na raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado”. (OLIVEIRA, 2016, p.88). O autor afirma ainda que Estados nacionais permitiram que as empresas monopolistas mundiais passassem a se constituir nas novas organizações de controle da economia capitalista mundial. Essa articulação exercida principalmente por ações do Estado articulam formações monopolistas do capital, neste caso, a implementação de uma indústria do mel na cidade de Porto Mauá, uma empresa de investimento chinês. Essa empresa será única e devido à localização também poderá importar mel e seus derivados dos países vizinhos, principalmente da Argentina.

Oliveira (2016) continua descrevendo sobre o capitalismo monopolista mundializado, ele não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo tornou-se difuso, ele está em todos os lugares do mundo onde as empresas monopolistas mundiais estão. Os três processos combinados contraditoriamente, a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial, estão na base da formação do mercado mundial. A empresa Maxbem se fixa como uma empresa de capital estrangeiro de beneficiamento que irá trazer muitos benefícios econômicos para a região e país, porém sempre pensando no mercado internacional, com vista ao lucro. Na realidade o que acontece é que “as empresas precisam do Estado nacional para poder enfrentar a mundialização, porém, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade” (OLIVEIRA, 2016, p.102).

Outro termo importante e com um valor atribuído é o do agribusiness que é “soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda” (Davis & Goldberg 1957, p. 2 apud OLIVEIRA, 2016, 103). A partir dessa definição o autor traz a ideia de que o campo estaria passando por transformações a partir de uma revolução tecnológica, devido ao progresso científico utilizado na agricultura. Oliveira destaca que a “principal mudança observada nas “fazendas modernas” é que deixaram de ser autossustentáveis e passaram a ter função comercial, com sua produção baseada em monocultivos” (OLIVEIRA, 2016, p.105).

A preocupação atual do capital não é com a produção de alimentos e segurança alimentar e sim na sustentação de um sistema capitalista de acumulação dominado por algumas poucas empresas. Existe o cuidado em engrandecer o agronegócio e diminuir o campesinato, através da supervalorização em propagandas e validação dessa cadeia produtiva. Sobre isso (OLIVEIRA, 2016, p.108):

“É por isso que o Ministério da Agricultura (MAPA) adota com critério para abordar o papel do agronegócio o denominado "PIB do agronegócio", ou seja, uma "matemagia" que, como já afirmado, soma os dados da indústria e dos serviços a aqueles da agropecuária, passando para a sociedade uma ideia de grandeza que a agropecuária brasileira não tem”.

O autor ainda descreve sobre a classe latifundiária, leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas. Estes cientistas têm estado à disposição destas elites para produzir "conhecimento", ciência para aumentar ainda mais a dominação que elas exercem sobre a sociedade brasileira. Como se pode ver, a produção científica está também, atravessada pelo modo de pensar capitalista e, conseqüentemente, pelas suas ideologias, neste caso em particular, pela ideologia do agronegócio. A classe latifundiária detêm o poder até mesmo universitário, onde se produz o conhecimento e através desse espaço se naturaliza várias falas. O campesinato e agricultura familiar mesmo tendo realidades distintas da classe rural dominante se habitua com o discurso conservador e passa a aceitar pacificamente a sua ideologia, uma ideologia que nada favorece sua classe.

Oliveira (2016) traz outros dados importantes e de reflexão: em 1950, as exportações agrícolas correspondiam a 45% da participação das exportações mundiais totais; em 2011 correspondiam a apenas 7%. “Estes números mostram de forma inequívoca que fazer das exportações de alimentos o "carro chefe" da economia brasileira é hipotecar o futuro do país às heranças coloniais, teimosamente presentes no cenário político nacional” (OLIVEIRA, 2016, p.110). Tudo isso leva ao aumento da desigualdade social à sociedade brasileira. Esses dados nos mostram que existe toda uma doutrinação de todos os setores da sociedade brasileira ou quase todos, que engrandecem um setor que na realidade impede “a revelação do quadro fundiário brasileiro e a necessidade da reforma agrária” (OLIVEIRA, 2016, p.113).

Oliveira (2016) faz uma verdadeira reflexão sobre a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado e como este passou a estruturar-se sobre uma tríade: “a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2016, p.123). Então o autor explica sobre a produção de commodities onde o objetivo principal é transformar toda produção do campo em produção de commodities (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. A produção de alimentos “saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida” (OLIVEIRA, 2016, p.123).

A empresa MaxBem através de sua rede de contatos vem fazendo alianças em diversos setores: municipal, estadual e federal. A Prefeitura Municipal de Porto Mauá fez a doação de um terreno para a implementação e construção da empresa em ponto estratégico. A partir disso, foi necessária a licença ambiental da Fepam para a construção. Uma empresa de capital estrangeiro com ajuda do governo para a adequação e organização facilitada com movimentação dos setores da esfera pública. Ou seja, a burguesia através de seus pactos garante a legitimização de seus interesses. O autor ainda complementa os "sanguês azuis" se conhecem há muito tempo na história. “É por estes caminhos que novas alianças estão fazendo surgir novas empresas articuladas e novos grupos econômicos” (OLIVEIRA, 2016, p.123).

De Oliveira (2016) retoma um assunto de interesse para a pesquisa em estudo sobre a territorialização dos monopólios na agricultura a territorialização dos monopólios atua concomitante, “no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura)” (OLIVEIRA, 2016, p.127). Com isso, nasce o processo de territorialização do monopólio onde o capital controla o campesinato. O campesinato se vê subordinado, tanto ao capital nacional como ao estrangeiro. Existe o controle total de todos os processos.

### **3. A origem do Frigorífico Alibem**

O atual frigorífico Alibem teve na sua origem o nome de Santarrosense S.A. (Frigorosa). Ele foi criado pelo empresário Pedro Carpenedo que juntamente com

Vergílio Lunardi (dono das ferragens Lunardi) e Agostinho Frainer (presidente da Associação Comercial) foram responsáveis pelo projeto de instalação do matadouro-frigorífico. Segundo Rotta (1980) o grupo composto por Pedro Carpenedo, Vergílio Lunardi, Agostinho Frainer e Vicente Zoeller veio com proposta de conseguir acionistas para conseguir capital para abrir a empresa, isso no ano de 1955. Em 6 meses Rotta (1980) conta que o grupo já havia conseguido o capital necessário para iniciar a empresa, contando com a participação de dezenas de interessados de outras regiões, dos municípios vizinhos e do poder público municipal.

Rotta (1980) relata que a instalação do frigorífico rendeu muitos debates, mas foi aprovado pela Câmara Municipal que concedeu isenção de impostos por 10 anos e um auxílio, na época de CR\$ 400.000 (quatrocentos mil cruzeiros) para ajudar na compra de um terreno destinado à construção do frigorífico e também na construção de uma vila de casas para os trabalhadores. Segundo Mohler; Silva; Gertz e Haab (2018) a construção do frigorífico ocorreu primeiramente no Bairro Sulina, devido a sua localização: longe do centro e isolados devido aos rios Pessegueiro e Pessegueirinho. Porém devido à instalação do frigorífico houve a expansão do local devido ao grande crescimento econômico e geração de empregos. Hoje, o frigorífico localiza-se no bairro Timbaúva.

Rotta (1980) comenta que a empresa tinha como obrigação entrar em funcionamento dentro de 2 anos, a partir da data de promulgação da lei, como pena pelo não cumprimento a empresa perderia as vantagens e prerrogativas concedidas. Ficou determinado que os bens fossem impenhoráveis e inalienáveis e se a sociedade fosse extinta, o patrimônio deveria reverter ao município.

Rotta (1980) comenta que em abril de 1956, começaram os trabalhos de terraplanagem para a construção das edificações. No dia 08 de junho de 1956 foi publicado no Diário Oficial do Estado, a constituição do frigorífico, seus estatutos, lista dos subscritos e ações individuais. O projeto inicial previa o abate de 200 suínos por dia. Apesar das várias dificuldades, entre elas a de energia elétrica, o frigorífico teve seu primeiro abate em 12 de outubro de 1957. Na época, localizava-se em um terreno nos arredores da cidade, mas com a grande expansão econômica e a geração de empregos, houve um grande crescimento urbano no entorno.

Rotta (1980) comenta que as atividades desenvolvidas no frigorífico inicialmente estavam ligadas a produção de banha e carne salgada, voltadas para o mercado interno (centro do país). O equipamento destinado à produção da banha foi

importado da Dinamarca, o que permitiu uma melhor qualidade dessa mercadoria. No ano de 1971, a Frigorosa adquiriu as Granjas Prenda e Capim como áreas de teste para incentivar a disseminação de novas raças e técnicas de manejo aos suinocultores da região.

Rotta (1980) explica que em 1971 também iniciou-se um centro de pesquisa para melhoramento genético com a Estação de Avaliação de Carcaças. Para esse empreendimento houve a participação do Ministério da Agricultura, USAID, SUDESUL, Programa de Alimentos para a Paz, do Frigorífico Santarrosense S.A e do município de Santa Rosa. Então o autor expõe em ordem cronológica que desde o início houve a preocupação com o melhoramento da qualidade genética do rebanho. No ano de 1962, chegou em Santo Cristo o primeiro porco branco da raça Landrace. Em 1964, foi o ano de início da substituição do suíno tipo banha pelo suíno tipo carne.

Em uma assembléia geral os acionistas mudaram a razão social da empresa. Então, em abril de 1986, o frigorífico passou para a denominação Prenda S.A e transformou-se numa das maiores empresas e "um marco para o desenvolvimento regional". Constituiu-se no maior frigorífico de suínos do estado do Rio Grande do Sul e o quinto do país e fabricava mais de cem produtos. Exportavam carcaças congeladas para a Espanha, Chile, Polônia, Portugal e Alemanha. Em julho de 1996, contava com quase 2.000 funcionários e investiu mais de cinco milhões de reais em pesquisa, fomento e assistência técnica aos suinocultores. Exportava para o mercado internacional, colocando seus produtos em vários países como Argentina, Uruguai, Hong Kong e Japão; mas a maior praça de venda era em São Paulo.

Em 2000 o frigorífico Prenda foi vendido para o Grupo Chapecó e em 2003 para o Grupo Alibem. O Grupo Chapecó, segundo o site Agência de Notícias, estava com dívidas de energia elétrica e encargos trabalhistas em torno de R\$ 2 milhões que foram pagas imediatamente pelo grupo do seu Carlos Lee (dono da Alibem). Na época, o grupo Chapecó estava com uma dívida de R\$ 1 bilhão, sendo que o maior credor era o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Alibem, segundo o site da empresa, é uma empresa brasileira do ramo alimentício, fundada no ano de 2000 no Rio Grande do Sul. Ela atua no segmento de proteína animal, tendo como base duas marcas: a ALIBEM, produtora de carne suína e a AGRA, produtora de carne bovina. As unidades industriais estão localizadas no Rio Grande do Sul (suínos) e Mato Grosso (bovinos).

Ainda segundo o site da empresa, a Alibem é a 2ª maior empresa de suínos no Rio Grande do Sul e a 5ª maior do Brasil em volume de abates e gera mais de 4 mil empregos diretos. A empresa exporta para mais de 40 países e distribui os produtos em todas as regiões do país.

#### **4. Empresa Maxbem**

Segundo o site, Guia Tuparandi, a Maxbem é uma empresa de investimento chinês ligada ao grupo Alibem. A Alibem é uma empresa do ramo alimentício de beneficiamento de carne suína, localizada em Santa Rosa- Rio Grande do Sul e a Agra localizada no Mato Grosso de beneficiamento de carne bovina.

O gerente geral da Maxbem é Samuel Gonçalves, ele juntamente com seu pai Juscelino que também é assessor administrativo da Alibem, está percorrendo os municípios da fronteira noroeste/missões divulgando a empresa para os apicultores. Segundo Gonçalves, em uma de suas palestras de divulgação a empresa atenderá o mercado interno, mas com foco no mercado externo e os investimentos realizados em Porto Mauá corresponde a duas vezes o orçamento do município.

Ainda segundo o site Guia Tuparandi a empresa Maxbem é um empreendimento de beneficiamento de mel com destino a exportação, que está sendo construída no município de Porto Mauá. O município de acordo com o Jornal Noroeste adquiriu a área de 8 hectares de terra para a construção pelo valor de R\$ de 495 mil reais. A empresa será construída as margens da rodovia ERS-344.

Realizando uma pesquisa no site da Prefeitura de Porto Mauá encontramos a Lei Nº 1569 de 14 de julho de 2020 onde autoriza o município a doar área de 81647 metros quadrados a Maxbem Agronegócios e Meio Ambiente LTDA para instalação de estabelecimento industrial para fabricação de derivados do mel de abelha em São José do Mauá interior do município. A empresa Maxbem está inscrita no CNPJ 29.791.470/0001-00 com sede em Porto Alegre e o terreno para doação está avaliado em 475.000 reais segundo a Lei disponível no site da Prefeitura.

O CNPJ da empresa segundo o site transparência cc está no nome de Lee Shing Wen. O mesmo possui 61 CNPJ ativos em vários estados brasileiros, sendo a empresa mais antiga a Waterfall Administradora de Bens LTDA e atividade principal da empresa é aluguel de imóveis próprios. Encontramos no mesmo site o nome de vários sócios das empresas de Lee e entre eles está Juscelino Francisco Gonçalves, diretor da Alibem. Juscelino possui 53 CNPJ em diversos estados brasileiros.

Além da doação da área de terra na Lei Nº 1569 encontra-se mais responsabilidades do município como: acesso a área com cascalhos e bueiros, acesso a rede trifásica, execução de terra planagem, abertura de valas para canalização da água, isenção de IPTU e ITBI, taxas de licenciamento ambiental, taxas de recolhimento de lixo no período de dez anos. Em contra partida a Maxbem se compromete em gerar 10 postos de trabalhos diretos, geração de movimento de saída de R\$ 5.000.000,00 quando a empresa estiver em pleno funcionamento, realizar investimentos de R\$ 3.200.000,00 na construção da fábrica e efetivar a capacidade de produção de 250 toneladas de mel por ano, aumentando a produção até chegar a 1000 toneladas por ano.

Nas reuniões realizadas nos municípios a previsão de início de funcionamento era outubro de 2022, porém a empresa não conseguia liberação para início das obras. Na última Fenasoja (feira de agronegócios), realizada em Santa Rosa entre os dias 28 de abril a 8 de maio a empresa Maxbem segundo a Sema recebeu a liberação da Fepam para o início da construção. O relatório emitido pela Fepam descreve a empresa como sendo de porte grande e com potencial poluidor médio, a Maxbem ainda possui cadastro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde 29/09/2020.

Os representantes da empresa nas reuniões de apresentação se colocaram a disposição para tirar várias dúvidas e demonstrar como essa indústria é importante para o desenvolvimento regional. Porém em todas as vezes que foi tentado entrar em contato por e-mail ou celular não responderam ou o e-mail voltou. Em um primeiro momento realmente essa empresa vai trazer empregos e mercado de venda para o mel, mas pensando em longo prazo poderemos ter apenas uma empresa nesse ramo alimentício.

Em conversas iniciais informais com representantes da Emater e da Secretaria da Agricultura do município de Cândido Godói há uma consciência crítica maior do que dos representantes do município de Ubiretama sobre o processo de instalação da empresa. O modo pelo qual os diretores da Maxbem expuseram os mecanismos de coleta da produção do mel dos camponeses deixaram claro que eles forneceriam os baldes para armazenamento do mel e quando esse mel chegaria à empresa se faria testes de qualidade. A partir destes testes de qualidades que eles remunerariam o apicultor. Reproduzindo assim a mesma lógica da entrega da produção de leite.

A maioria das propriedades da região noroeste são estabelecimentos com até 100 hectares e que recebem poucos investimentos, Oliveira (2007) acrescenta que a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira, porém o acesso ao crédito rural tem sido difícil com uma porcentagem muito pequena conseguindo crédito.

O que sabemos sobre a pequena propriedade é que ela “detém 20% da área ocupada no Brasil e foi responsável por 46% do valor da produção agropecuária e por 43% da renda gerada no campo” (OLIVEIRA, 2007 p.150). Mas um dos problemas que ocorre com as pequenas propriedades são as cobranças para produção de quantias elevadas de produtos e as metas de produção.

Em entrevista para a Rádio Védera, Gonçalves comenta “A partir da adaptação da cadeia produtiva, padronização do manejo, dedicação à atividade e segurança dos fornecedores, o objetivo é aumentar a produtividade de 14,5 kg para 20 kg de mel por colméia ao ano”. Constata-se que a cobrança por quantias elevadas de produção são um dos empecilhos dos agricultores e com a instalação da nova indústria de mel as exigências de entrega e de quantias serão reproduzidas.

A Maxbem se colocou como uma indústria que vai querer comprar um mel de qualidade só que não comenta quanto eles pagariam pelo kg desse mel. Outro fator que interessa a empresa é a questão da produção. As abelhas têm um papel importante na polinização e são seres que nunca param de trabalhar, mas exigir que elas produzam cada vez mais é um pouco complicado porque exige do apicultor um trabalho enorme em cima dos enxames.

O município de Cândido Godói possui uma associação de apicultores (AGA) e reúne cerca de 9 associados e acredito que esse seja um dos motivos pela baixa procura dos apicultores godoienses em fazer o cadastro para entregar o mel para a Maxbem. Apenas 3 apicultores fizeram o cadastro e o que se observou é que eles tem receio de que a empresa tenha o domínio e a localização dos enxames.

O modelo de crescimento baseado no capitalismo advém da concepção do desenvolvimento e é contraditório criando condições para a reprodução da produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p.19) comenta “a indústria desenvolve mecanismos de dominação sobre esses camponeses explorando-os sem expropriá-los”. É de interesse das indústrias e do capital que tenham agricultores produzindo matérias-primas básicas que necessitam de mão de obra elevada, bem como são produtos que somente a agricultura familiar ou camponesa consegue produzir.



## 7 PARTICIPAÇÃO DOS CAMPONESES DA ECONOMIA MUNICIPAL DE UBIRETAMA

A produção de mel segundo o IBGE 2021 é de 11.356 quilos, porém segundo as entidades entrevistadas na economia do município a produção melífera não possui uma participação significativa. Se analisarmos os dados da tabela em relação aos maiores produtores dos municípios da região noroeste/missões é uma quantia média em relação aos municípios vizinhos e de importância econômica regional.

**Tabela 3 – Distribuição da Produção dos Principais municípios Noroeste/ Missões-2021\* (Produção por KG)**

<b>Santo Ângelo</b>	43.000
<b>Santa Rosa</b>	22.448
<b>Ubiretama</b>	11.356
<b>Cerro Largo</b>	6.700
<b>Cândido Godói</b>	6.140
<b>Senador Salgado Filho</b>	3.870

\*Dados IBGE 2021

Como percebemos em Ubiretama a produção melífera é em menor quantidade, sendo uma atividade secundária. Partindo disso, a produção de mel é representativa para as famílias que trabalham na atividade e teria espaço para um crescimento. O grande problema da produção de mel é que ela está perdendo espaço para as plantações e criação de gado.

Uma das dificuldades na produção melífera municipal e regional é o acompanhamento da produção. Muitas entidades não acompanham a produção e outras até acompanham, mas de forma informal através de “conversas esporádicas com produtores conhecidos que trabalham com a atividade”<sup>2</sup>. Uma das opções para acompanhamento da produção melífera e outros dados seria a realização junto com a declaração anual de rebanhos no posto de atendimento da Inspeção Veterinária

<sup>2</sup> Relato de uma entidade entrevistada

dos municípios a possibilidade de cadastro dos produtores apícolas, mas eles teriam que fornecer as informações de forma fidedigna para se conseguir uma representação real da produção no município. A produção regional pode ser acompanhada através do Informativo Conjuntural<sup>32</sup> são relatadas situações pertinentes à atividade.

Se pensarmos em termos de produção há diversos entraves que dificultam o aumento da produção no município. Segundo as entrevistas realizadas com as entidades sabe-se que no município residem ao menos 15 produtores de mel e que em sua maioria possuem o apiário na sua própria terra. Mas também podemos destacar um produtor que possui um volume maior de enxames (mais de 100) e este, por sua vez, tem distribuídas as caixas em áreas de terceiros. Em entrevista com produtores uma das dificuldades destacadas é a morte dos enxames bem como a dificuldade em expansão dos apiários.

Avaliando essas informações podemos chegar a uma simples conclusão - as áreas dos apiários no município estão diminuindo devido ao aumento de áreas de plantio de outras culturas (soja, milho, trigo, aveia...). Essas novas áreas de plantação encontram-se cerca dos apiários que sofrem com o uso abusivo de agrotóxicos, causando a morte de enxames de abelha e das plantas. As áreas ideais para instalação de um apiário são lugares com árvores para a sombra e florada, perto de alguma fonte de água - com o avanço da agricultura diminuiu se muito os espaços para a produção melífera e sua expansão.

De acordo com a entrevista com as entidades estima-se que pelo menos 15 produtores trabalham com a atividade apícola e a estimativa é de 300 caixas. Um dos apicultores entrevistados mantém em torno de 35 colméias em exercício, caracterizando-se como pequeno produtor. Os apicultores com menos caixas, não possuem muito tempo para dedicar-se a essa atividade, já que desenvolvem outra atividade remunerada e mantém o trabalho apícola como secundário. Por outro lado, o apicultor responsável por mais de 100 caixas é aposentado e possui mais tempo para dedicar-se a essa atividade. Da Silva (2004) cita que os apicultores se mantêm em atividade tornando viável a pequena propriedade fundamentada em mão-de-obra familiar, na realidade é uma forma de permanecerem na terra.

---

3 Informativo preenchido semanalmente pelas equipes Municipais da Emater

No que tange à legislação, Ubiretama não possui registro específico para políticas de assistência técnica e/ou extensão rural para agricultura camponesa de base familiar no município e tampouco políticas estaduais e federais. O acesso ao crédito pode ser realizado através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Oliveira (2016) destaca as transformações e mundialização do capitalismo monopolista e conseqüentemente, do neoliberalismo que trazem modificações na agricultura.

O autor ainda acrescenta que a agricultura brasileira estava sustentada pela produção particularmente, dos camponeses apoiada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais e, a FAO era seu órgão mundial antes do neoliberalismo. Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. A falta de políticas públicas voltadas à produção de alimentos básicos é um projeto de controle ainda mais do sistema capitalista. Não existe o respeito pelas diversidades e culturas alimentares e o direito à alimentação para todas as pessoas.

Pelos dados observados na tabela e pelas entrevistas com as entidades, a produção de mel participa de forma tímida na economia regional, a contribuição maior deve-se ao fato do “aumento na produtividade na produção de grãos ocasionada pela maior polinização devido ao trabalho da abelha em algumas culturas” fala de uma entidade. No decorrer da entrevista com uma entidade em específico pode-se perceber que a entrada da Maxbem no mercado é vista de forma positiva, pois “a possibilidade de comercialização de mel em Porto Mauá mostra-se como uma garantia de comercialização da produção com valorização do produto e produtor”. Uma indústria de mel garantiria a venda direta dos seus produtos, onde os camponeses não ficariam subordinados à venda em pequena escala.

A Secretaria da Agricultura Municipal realizou cadastro de apicultores para, posteriormente, repassarem para a Maxbem onde seis agricultores do município realizaram cadastro. A proposta da Maxbem seria de recolher o mel dos produtores ubiretamenses, porém, a empresa ainda não entrou em contato para o recolhimento dos dados fornecidos pelos produtores. Realizando uma pesquisa rápida na internet

encontra-se uma notícia da Rádio Progresso sobre uma reunião realizada no município de Chiapetta ainda no mês de novembro de 2022 o que mostra que a empresa ainda está realizando o trabalho de expansão de suas atividades.

## **8 ORGANIZAÇÃO DOS APICULTORES NA BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA**

Saindo das referências bibliográficas e partindo para a pesquisa participativa, as entrevistas com os apicultores trouxeram a aproximação com a realidade. Vamos nos referir aqui a Entrevistado 1 e Entrevistado 2, para a análise das entrevistas. Tanto o Entrevistado 1 quanto o 2 chegaram na área em que vivem a mais ou menos 30 anos e é a primeira geração das famílias que vive em Ubiretama. O Entrevistado 1 é proprietário da terra e possui o título da terra, conseguiu acessar a terra porque seu pai comprou 10 hectares. Na década de 80 o Entrevistado 1 ainda vivia com seus pais mas já tinha algumas caixas de abelha e gostava da atividade melífera.

A história com as abelhas do Entrevistado 1 vem de anos e quando jovem trabalhava em outras propriedades em troca de algum dinheiro mas tinha no mel mais um hobby do que atividade secundária de geração de renda. Após alguns anos e já morando na sua propriedade ele começou de investir no mel como fonte de renda. Ele possui atualmente entre 35 e 40 caixas de abelhas em um apiário arrendado devido à boa localização do mesmo. A melhor época pra produção é entre os meses de outubro a fevereiro nos períodos de clima seco, mas sem falta de chuva.

O entrevistado 1 produz em média 1000 KG de mel recebendo atualmente R\$ 13. Já o entrevistado 2 produz 5000 KG e também recebe o mesmo valor que o Entrevistado 1 porque os mesmos vendem para o mesmo intermediário. Devido a quantidade de produção o Entrevistado 1 não é capaz de sustentar economicamente a família mas o Entrevistado 2 consegue. O entrevistado 2 começou a atividade melífera a uns 20 anos, porém nos últimos cinco anos tem se dedicado intensificamente à produção.

O entrevistado 2 possui apiário apenas em áreas arrendadas e não possui título de terras, vivendo na cidade. O apicultor 2 possui 180 caixas de abelhas e o processo de produção tanto para o Entrevistado 1 como para o Entrevistado 2 acontece desde a produção das caixas de abelha, a instalação das mesmas no apiário, captura de enxames, produção de alimentos para as abelhas no período de inverno, limpeza dos apiários, manutenção das caixas de abelha.

O Entrevistado 1 tem a ajuda da sua esposa e filha nos dias de melada, já o Entrevistado 2 tem a ajuda de sua esposa e genro para as atividades cotidianas e nos dias de melada ele tem paga para um senhor lhe ajudar nas atividades. Tanto o Entrevistado 1 quanto o 2 vendem a produção para o mesmo atravessador bem como para consumidores locais em pequenas escalas. A produção apícola dos entrevistados não possui assistência técnica e nunca recebeu algum financiamento ou incentivo para fomentar a produção.

A principal dificuldade enfrentada pelos entrevistados 1 e 2 bem como o representante da Associação de Apicultores de Cândido Godói é a mortandade de abelhas principalmente nos últimos anos após a liberação de muitos agrotóxicos pelo Ministério da Agricultura. Entre outras dificuldades foram mencionadas a falta de mão de obra, incentivos e mercado consumidor, intempéries climáticas, preço baixo do KG do mel pago ao apicultor.

A entrada de uma empresa de beneficiamento não é vista nem de forma positiva e nem de forma negativa pelos entrevistados, para eles seria mais uma opção de venda devido à falta de mercado consumidor. Porém “devesse avaliar a proposta da empresa”<sup>13</sup> muito foi comentado sobre a implementação da Maxbem, mas depois das reuniões nas prefeituras ninguém mais teve notícias sobre o assunto.

Os entrevistados não acreditam que com o funcionamento da empresa o preço vai melhorar por se tratar de apenas uma empresa, mas realizaram o cadastro para entrega da produção. Depois de inaugurada a Maxbem entregariam a produção desde que a empresa divulgasse qual é sua proposta de compra. O Entrevistado 1 já trabalhou com gado de leite e entregava a produção para a empresa de laticínios e parou de produzir devido a exigência da empresa em produzir em maior quantidade o que exigiria aumento do rebanho e se adequar comprando novos equipamentos.

Com as entrevistas verificou-se que a maioria dos apicultores produz visando o lucro, sendo a maioria do sexo masculino e que possui outra atividade como fonte principal de renda. Os apicultores de Ubiretama se caracterizam por serem camponeses com pouca terra recursos financeiros e empregam pouca tecnologia na

---

<sup>3</sup> Fala Entrevistado 1

produção de mel. A maioria possui entre 30 a 60 colméias (com exceção de um apicultor) e encontram dificuldades na venda do mel.

Resumindo, Ubiretama possui um potencial gigantesco para o aumento da produção de mel, além da venda encontram dificuldade pela mortalidade dos enxames devido aos agrotóxicos utilizados na agricultura. Nas entrevistas pude perceber que não há um interesse em formalizar uma cooperativa, devido à distância dos apicultores em relação ao centro da cidade, a falta de incentivos e devido a ser uma população mais velha que desenvolve a atividade não querem um compromisso com uma cooperativa.

## 9 CONCLUSÃO

Essa pesquisa se faz de grande importância devido à falta de informações e dados sobre a região e principalmente o município de investigação na qual foi desenvolvida. Pelo cenário que se desenvolve a apicultura ela é uma importante atividade e que vem se consolidando na região noroeste possuindo potencial de crescimento. Como evidenciado ela é uma alternativa de atividade secundária na maioria das propriedades do município de estudo.

A produção melífera no município de Ubiretama não é em grandes quantidades, porém é uma fonte de renda importante para os apicultores que trabalham nessa atividade. Na realidade a atividade apícola se mostra não apenas como uma ocupação, mas sim como algo que os mantém em contato com a terra e suas origens e sendo mais uma forma de permanecer no campo e seguir com a atividade camponesa.

No município da pesquisa se demonstrou que a produção de mel assim como as atividades das propriedades são desenvolvidas por agricultores mais velhos demonstrando assim a falta de interesse dos mais jovens nas atividades do campesinato. A entrada da indústria Maxbem vem com uma proposta de compra de toda a produção dos apicultores da região noroeste/missões, mas o que se percebe nas entrevistas realizadas tanto nas entidades, como com os apicultores é que após as reuniões municipais não se teve mais notícias da empresa e, portanto não se tem um real conhecimento das propostas da empresa.

A princípio a entrada da Maxbem parece ser algo benéfico devido ao movimento de compra da produção, porém a longo prazo ela poderá se tornar a ser uma indústria com características da produção leiteira, cobrando a produção de grandes quantidades, como destacado nas reunião realizada em Ubiretama onde seriam realizados projetos de expansão da produção gradativamente, bem como ela é a única empresa melífera da região demonstrando ser uma empresa de características multinacionais.

Após a leitura e estudo da Empresa percebe-se como está esta atrelada a vários movimentos do capital, subordinada a outra empresa internacional. O sistema neoliberal se apresenta como algo positivo e a Maxbem como uma empresa que traria o desenvolvimento regional, econômico e social. Todo esse movimento acaba gerando um processo de dominação do mercado fazendo com que os agricultores

se vejam obrigados a vender seus produtos a essa empresa devido à falta de concorrência gerando subordinação a todo esse processo.

A partir dessa pesquisa espera-se que podemos compreender o processo da cadeia produtiva do mel em Ubiretama e de certa forma regional. Que este seja o início da realização desse trabalho e que se dêem continuidade a essa pesquisa buscando colaborar e melhorar as atividades ligadas à apicultura.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações.** Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.
- BAIOTO, A; BRUM, C; SANTOS, J; PESAVENTO, S. **Sepé Tiarajú muito além da lenda.** Ed. Comunicação Impressa. Porto Alegre, 2006.
- BARCELOS, A. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII.** Revista Complutense de História de América, 2000. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC).
- BRANDÃO, C. **Participar-Pesquisar.** Ed. Brasiliense. Org. Carlos Rodrigues Brandão- Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. In: IBGE. **Sidra:** sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011. Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acessado em 5 de dezembro de 2022.
- COELHO JUNIOR, J.C. **A Cadeia de Produção do mel no Rio Grande do Sul: a organização e a Governança nas transações dos apicultores associados à Apismar.** Universidade Federal de Santa Maria- Departamento de Administração. Santa Maria, 2011.
- DA SILVA, C. **Possibilidade Histórica de (re)criação Camponesa: o Processo de Especialização da Pecuária Leiteira no Assentamento Tietê –Poxoréu /MT.** Universidade Federal do Mato Grosso. Instituto de Geografia, História e Documentação – IGHD. Programa de Pós-graduação em Geografia. Cuiabá, 2016.
- Embrapa Notícias. Link de acesso: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/35428167/sombreamento-natural-desenvolve-abelhas-mais-rapido-e-melhora-qualidade-do-mel>. Acesso em: 09 de dezembro de 2022
- FAERMAM, L. **A pesquisa participante: Suas contribuições no âmbito das Ciências Sociais.** Revista Ciências Humanas - UNITAU Volume 7, número 1, p.41 - 56, jan-jun/2014 Taubaté- São Paulo.
- FERNANDES. B. **Entrando nos territórios do Território.** Revista Nera – Presidente Prudente.
- GIANOTTEN, V; WIT, T. **Pesquisa Participante em um contexto de economia camponesa.** Ed. Brasiliense. Org. Carlos Rodrigues Brandão- Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo.

GUBERT, J; HENNIG, C. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola do Município de Ubiretama – RS**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - departamento de estudos agrários, 2007.

HANIN, T. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p.43-79, 1980.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, 228p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017-** <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html> Acesso em: 25 de junho de 2022.

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler/RS. Banco de dados do Licenciamento Ambiental. 2004. FEPAM/FAURGS.

Mohler; Silva; Gertz e Haab. Vamos descobrir – Cartilha sobre o Patrimônio Cultural de Santa Rosa. Santa Rosa - 2018 .

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH Edições, 2007, p.06-42. (Apresentação e Capítulos 1-5).

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. Editora Iände. São Paulo-2016.

PAULINO, E; FABRINI, J. **Campesinato e territórios em disputa**. 1.<sup>a</sup> edição, Editora Expressão Popular. São Paulo - 2008.

Prefeitura municipal de Porto Mauá. Acesso em: 22 de novembro de 2022. Link de acesso: <https://www.portomaua.rs.gov.br/site>.

Prefeitura municipal de Ubiretama. Acesso em: 20 de outubro de 2022 Link de acesso: <https://www.ubiretama.rs.gov.br/site/ubiretama/>.

Rádio Progresso: [radioprogresso.com.br/reuniao-com-produtores-de-chiapetta-apresenta-oportunidade-de-negocios-na-area-do-mel](http://radioprogresso.com.br/reuniao-com-produtores-de-chiapetta-apresenta-oportunidade-de-negocios-na-area-do-mel). Acesso em: 28 de novembro.

Rev., atual. eampl. Brasília, DF: **Embrapa: Sistema de Produção de Mel para a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1104382/1/Sistema26web.pdf>.

ROTTA, E. Op. Cit. Pág.90. Christensen – Entrevista com Pedro Carpenedo – março de 1980.

RÜCKERT, Aldomar. **A trajetória da Terra – Ocupação e Colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul- 1827/1931**. Universidade de Passo Fundo. Editora Universitária, 1997.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Globalização, Cidadania e Meio Técnico-Científico Informacional**. In SOUZA, Álvaro José et alli (org), MILTON Santos Cidadania e globalização, AGB/Ed. Saraiva, Bauru, 2000, 366 pC

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera – Presidente Prudente. ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005.

Site Portal das Missões. Acesso em 19 de janeiro de 2023. Link de acesso: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1829/batalha-de-caiboate.html>.

Site transparência cc. Acesso em 27 de outubro de 2022. Link de acesso: <https://transparencia.cc/>.

SUERTEGARAY, D.M. A. **Notas sobre a epistemologia da geografia**. Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis, nº11, maio 2005.

WAIBEL, L. **Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Abril-junho, 1949. Nº 2.

UBIRETAMA, Prefeitura Municipal de Ubiretama. Link de acesso: <https://www.ubiretama.rs.gov.br/site>. Acesso em 19 de maio de 2022.

ZÓTIS, T. **Causas e Consequências da Evasão de Jovens da Comunidade Rural de São Vitor, município de Camargo/RS**. Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

## ANEXOS

### Entrevista com Entidades do município

- 1- Como o município acompanha a produção melífera regional e municipal?
- 2- A produção de mel tem uma participação significativa na economia do município? Como podemos quantificar essa informação, tendo uma aproximação do volume de produção municipal? É possível saber qual é a média de produção por família ou produtores? Como é calculada a média? Ou como podemos verificar qual é a contribuição da produção de mel para a economia do município?
- 3- Quantos produtores de mel residem no município? Os produtores de mel possuem a terra? Há uma parte significativa de arrendamento das terras para a produção do mel? É possível destacar algum produtor?
- 4- É possível saber qual são os tipos de abelhas e quantas caixas possui o município? Ou ainda, quantas famílias trabalham nessa atividade?
- 5- O município possui algum projeto de incentivo a produção de mel? E/ou políticas de assistência técnica e/ou extensão rural? Há legislação que determine políticas para agricultura camponesa de base familiar no município?
- 6- Como participa a produção de mel do município na economia regional?
- 7- Como vem sendo discutida a implementação de uma indústria de mel em Porto Mauá? Quais as implicações econômicas e políticas para os produtores do município e para economia do município? Há contrapartida do poder público municipal nesse processo, como isenção de impostos, concessão de terras, etc...
- 8- Foram realizados cadastros de apicultores para a entrega da produção à Max Bem? Quantos apicultores realizaram o cadastro? Quais as informações foram solicitadas pela empresa?
- 9- A entidade estabeleceu parcerias e/ou mantém contato com a empresa Max Bem para realizar tais parcerias? Que tipo de parceria?

## Entrevista com apicultores

- 1- Pode nos contar um pouco da história da sua família? Como chegaram aqui na região? Há quantas gerações estão aqui?
- 2- Você é proprietário da terra em que produz? Tem título da terra? Como acessou a terra?
- 3- Como começou a produzir o mel? Em que ano? O que você produzia antes? O que produz além do mel? Tem roçado para a família?
- 4- Quantas caixas de abelhas você possui? Como se dá o processo de produção do mel? Em quais épocas do ano tem maior produção?
- 5- Quantos KG de mel é produzido em média por ano? Qual é o valor recebido pelo KG do mel? A produção de mel é capaz de sustentar economicamente sua família? Quais os trabalhos complementares realizados pela família?
- 6- Quantas pessoas ajudam na atividade da apicultura? E quem ajuda na atividade?
- 7- Como é realizada a venda do produto?
- 8- É realizado algum acompanhamento técnico na produção?
- 9- Você já participou de algum programa de incentivo à produção e sua comercialização?
- 10- Já recebeu algum tipo de financiamento para a produção? Conseguiu pagar? Recebeu algum subsídio/incentivo para fomentar a produção? Em que ano?
- 11- Quais são as principais adversidades enfrentadas desde a produção até a comercialização do mel?
- 12- Como você avalia a entrada de uma empresa de beneficiamento do mel na região?
- 13- Você acredita que com o funcionamento da empresa Maxbem o preço do KG do mel melhorará?
- 14- Você chegou a fazer o cadastro para entregar a produção de mel para a empresa?
- 15- Depois de inaugurada a empresa você entregaria a produção para a Maxbem?

16-Você já trabalhou com gado de leite ou suínos? Como se realizava a entrega da produção? Porque parou de produzir?